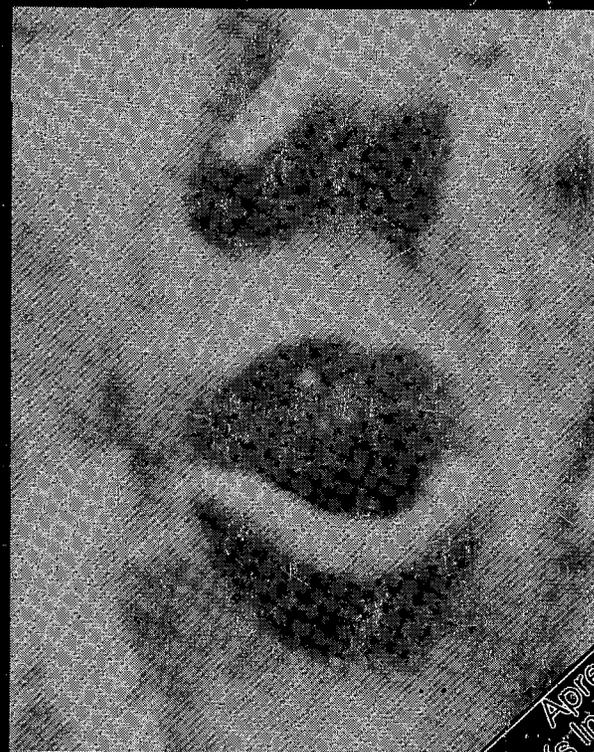


CGT

NO BRASIL

1961 - 1964

Lucília de Almeida Neves



Apresentação de
Luís Inácio da Silva (Lula)

Editora VEGA S.A.
Rua Guajajaras, 178 – 30 000 Belo Horizonte, MG
Todos os direitos reservados

Capa: Marcelo Xavier
Composição: Técnica

Neves, Lucília de Almeida

C.G.T. no Brasil, 1961-1964 / Lucília de Almeida Neves; prefácio de
Luiz Ignácio da Silva (Lula). – Belo Horizonte: Vega, 1981.
144p.

1. Movimento operário - Brasil - 1961/1964. 2. Sindicatos 1961/
1964. I. Silva, Luiz Ignácio, pref. II. Título.

CDD – 323.32
331.88091

CDU – 323.33(81)
331.881(81)

*Ficha catalográfica preparada pela Escola de Biblioteconomia
da Universidade Federal de Minas Gerais*

*Dedico ao meu pai, General
Roberto de Almeida Neves
pela retidão de comporta-
mento nos idos dos anos 60.*

penetração junto aos trabalhadores diretamente em seus locais de trabalho. Pretendemos demonstrar que o CGT, apesar de alcançar uma posição de liderança inegável no movimento sindical no início dos anos 60, não chega a desenvolver um trabalho de consolidação de sua penetração junto aos trabalhadores. Sua atuação limita-se quase que exclusivamente a mobilizações a nível nacional (congressos, passeatas, greves, comícios) das quais participam fundamentalmente dirigentes sindicais de algumas categorias profissionais mais atuantes. No entanto esta participação não é precedida de uma prévia discussão em seus locais de trabalho. Não realiza portanto um trabalho de penetração efetiva a nível das empresas, quer através da criação de conselhos ou comitês de fábrica ou empresa, quer através da presença de delegados sindicais que se encarregassem de fazer uma real e concreta ligação dos anseios e necessidades dos trabalhadores com as principais lideranças do CGT.

1 – O CGT e a Estrutura Sindical Brasileira: Contradição e Complementariedade

O artigo 514 da CLT prevê como deveres do sindicato a colaboração com os poderes públicos no desenvolvimento da solidariedade social; a manutenção de serviços de assistência judiciária para os associados; a promoção e a conciliação nos dissídios de trabalho. O primeiro dos deveres previstos pela lei define de forma clara a natureza corporativa do sindicalismo no Brasil. Esta qualidade imposta ao sindicalismo relaciona-se com a necessidade de controle e tutela do movimento operário para a plena realização e desenvolvimento da economia de mercado, nas condições peculiares de dependência e capitalismo tardio no país.

Desde a revolução de 1930, o Estado coloca “o selo corporativista sobre os interesses funcionais de empregados e empregadores num esforço de substituir a luta de classe pela cooperação entre classes”². A partir de então o grande objetivo que norteia o estabelecimento da legislação trabalhista em geral e da legislação sindical em particular é exatamente o de orientar “a colaboração de classes” e o de criar mecanismos que propiciassem o referido controle e a tutela do Estado sobre as mobilizações de trabalhadores, escolhendo para tal o caminho de controle dos sindicatos, através do condicionamento de sua atuação “as limitações e às intervenções que o Estado julgar mais conveniente para o pleno funcionamento da estrutura corporativa”³.

No entanto é preciso deixar clara a distinção dos dois níveis que norteiam o estabelecimento da legislação sindical e que a longo prazo se relacionam com as tentativas de “superação” da lei pelo movimento sindical. Os dois níveis dizem respeito em primeiro lugar ao movimento operário e em segundo lugar ao movimento sindical⁴. Os dois movimentos têm sido analisados como uma unidade, exatamente pelo fato de que a “eficiência da lei” por um certo tempo assim os

reduziu. No entanto nem sempre esta unidade é real; a dicotomia pode ser percebida quando um avança além do caminho e objetivos pretendidos pelo outro. A tentativa de redução do movimento operário a um aspecto somente sindical reside precisamente na possibilidade de concretização dos objetivos de controle sobre os trabalhadores e sua mobilização real, já que através de um aparelho do estado, o sindicato, a efetivação desse controle se torna mais eficiente, mesmo que não chegue a resolver plenamente a questão da tutela sobre a massa assalariada. A referência a esta questão faz-se importante uma vez que no início dos anos 60, exatamente quando da criação do CGT, a legislação sindical não é suficiente para evitar um nível intenso de mobilizações populares, não só no interior do próprio movimento sindical, mas também para fora das organizações sindicais, como demonstra a criação das Ligas Camponesas, das frentes populares e de outras organizações de massa características do período.

As Bases Legais da Estrutura Sindical Brasileira

“O Direito Social Brasileiro, consubstanciado na Consolidação das Leis do Trabalho de 01-05-43 e na legislação especial da Previdência Social, reflete o papel assumido pelo Estado após 30 regulando e mediando as disputas sociais, por um lado, e, por outro, desviando o curso dos conflitos entre classes da esfera da sociedade civil para o interior do aparato estatal”⁵.

No caso específico trataremos da questão sindical, que fora de dúvida constitui um dos elementos, talvez o fundamental, de realização dos princípios corporativistas do trabalhismo brasileiro. Sem a presença do sindicato qualquer “iniciativa” de “colaboração entre as classes” vê-se ameaçada nas três estruturas principais do sistema trabalhista brasileiro, isto é: a Previdência Social, a Justiça do Trabalho e o próprio sindicato.

No que diz respeito à Previdência Social é o que teria ocorrido no início dos anos 60 quando os operários passam a se utilizar de sua máquina, através da participação nos Conselhos Tripartidos e mesmo em cargos de direção para aumentar sua participação política e fortalecer toda uma gama de reivindicações que caracterizam este período. Fenômeno semelhante se passa na justiça do trabalho: esta só funciona plenamente na dependência de um sindicalismo obediente à legislação corporativista. Caso contrário, como sucede no pós 45, especialmente entre 1960-1964, o sindicato procura conquistar, utilizando-se da movimentação grevista, e por fora de quaisquer limites institucionais, suas reivindicações no terreno aberto do mercado. Os próprios sindicatos, ao superarem os limites da lei através de pressões demonstrativas da impossibilidade de colaboração entre capital trabalho, “desafiam” toda forma de controle do Estado sobre si mesmos, superando o que se pode definir como “participação sindical nos limites do aparato de Estado”. Isto em parte ocorre quando da criação do CGT que, apesar de funcionar oficiosamente com a conivência do Estado, é de fato a síntese de uma série de iniciativas que tem como pano de fundo a criação de um sindica-

² ERICKSON, Kenneth. op. cit., p. 50-51.

³ VIANNA, Luiz Werneck. Liberalismo e Sindicato no Brasil. Paz e Terra, Rio, 1976, p. 224.

⁴ Ver Werneck Vianna, op. cit. p. 37.

⁵ TAVARES, M. Herminia. “O Sindicato no Brasil: novos problemas velhas estruturas”. In Debate e crítica nº 6, p. 53.

lismo com amplas possibilidades de autonomia, à margem da tutela do Ministério do Trabalho.

Tomando como referência a importância do controle sobre os sindicatos para a realização dos princípios corporativos que norteiam a legislação trabalhista no Brasil procuraremos nos deter em alguns aspectos fundamentais do ordenamento sindical estabelecido na CLT de 1943. Estes ordenamentos, básicos para a implementação da economia de mercado, funcionando, como afirma Luiz Werneck Viana, como um meio de potencialização do capital, "a política serviria à economia"⁶, também condicionam os rumos da mobilização sindical no país daí para frente. A análise destes ordenamentos se fará como pressuposto para se compreender as mobilizações e organizações sindicais que de uma forma ou de outra rompem com seus limites, estabelecendo novas formas de organização sindical que por sua própria existência, por seu padrão de reivindicação e por seu nível de pressão quebram com o "falso ideário de colaboração entre as classes".

Unicidade/Pluralidade Sindical

Algumas questões referentes ao ordenamento sindical são fundamentais para o entendimento de sua natureza corporativa. Dentre elas uma a ser melhor analisada diz respeito à questão da pluralidade x unicidade sindical, que de forma concreta é a grande responsável pela proibição de se organizarem centrais sindicais ou quaisquer outras entidades sindicais horizontalizadas que reúnam trabalhadores das mais diversas categorias profissionais. Decidida a questão em favor da unicidade sindical ainda na década de 30 estabelece-se todo o funcionamento do sindicalismo no país com base em uma estruturação vertical à maneira de uma pirâmide (sindicatos, federações e confederações), formada por elementos de uma mesma categoria profissional ou de um mesmo ramo econômico ou similar.

A rigidez na separação dessas categorias profissionais é clara na lei. Diz o Art. 511 da CLT: "é lícita a associação para fins de estudo, defesa e coordenação dos seus interesses econômicos ou profissionais de todos os que, empregadores, empregados, agentes ou trabalhadores autônomos ou profissionais liberais exerçam respectivamente, a mesma atividade ou profissão ou atividades ou profissão similares ou conexas". Completa a CLT: Art. 570: "os sindicatos constituir-seão, normalmente por categorias econômicas ou profissionais, específicas na conformidade da discriminação do quadro das atividades ou profissões a que se refere o Art. 577⁷ ou segundo as subdivisões que sob propostas da comissão do enquadramento sindical que trata o Art. 576⁸ forem criadas pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio".

Diante da legislação, a criação do CGT como também das intersindicais que o sustentam é ilegal e portanto não reconhecida pelo Estado através do Mi-

⁶ Ver Vianna, Luiz Werneck, ob. cit. p. 212.

⁷ "O quadro de atividades e profissões em vigor fixará o plano básico do enquadramento sindical".

⁸ A comissão do enquadramento sindical cujo regimento interno foi aprovado em 1953, estabeleceu que haverá no SSP um cadastro profissional dos trabalhadores.

nistério do Trabalho. Neste sentido podemos afirmar que o funcionamento do Comando Geral dos Trabalhadores significa uma superação dos limites impostos pela Legislação corporativista, tornando-se uma organização marginal perante o Estado, mas existindo de fato enquanto organismo sindical com forte poder de liderança.

A criação do CGT, do PUA, do PAC ou mesmo de outras organizações sindicais de direita com estrutura horizontal no início dos anos 60, tais como o MSD (Movimento Sindical Democrático) e o UST (União Sindical dos Trabalhadores) provoca o florescimento de debates acalorados entre as mais diversas tendências do movimento sindical de então sobre a "questão da unidade sindical", em uma demonstração clara de que o critério estabelecido pela CLT para o enquadramento sindical já não é assimilável e aceito por grande parte dos trabalhadores, naquela época.

O debate é realizado no jornal "Voz do Metalúrgico", no antigo Estado da GB, entre duas correntes sindicais. A primeira ligada ao CPOS, PUA e CGT, define a unidade sindical da seguinte forma: "unir é estar com o que há de honesto e positivo no movimento operário, e não o que suborna, corrompe e aliena. Unir é estar com o PUA e o CGT (grifo nosso) e não se alinhar com a UST, o MSD e outros grupelhos cujos objetivos nada têm a ver com a emancipação do nosso povo e da nossa pátria"⁹. Dessa forma para definir unidade, esses sindicalistas recorrem a entidades que não se enquadram na estrutura vigente. Não dizem por exemplo: "unir é estar com a Federação e respeitar o seu programa de ação, basicamente profissional". Portanto a opinião desse grupo demonstra que a legislação em vigor já não corresponde à realidade: o legal não é o real, pois a existência de pactos, comandos, etc. serve na prática para substituir a figura de uma Confederação Geral de Trabalhadores, cuja existência era impedida pela lei.

Para outra corrente, à qual se ligam elementos da chamada "velha guarda sindical brasileira", a questão da unicidade se relaciona basicamente à organização dos sindicatos por categorias econômicas ou profissionais; caso contrário, segundo eles, a liberdade e pluralidade acabam por gerar uma floração de diversos grupelhos sindicais, sem objetivo de defesa dos interesses de sua categoria e muito mais ligados a grupos ideológicos ou a partidos políticos.

O aprofundamento desta discussão, que tem como um dos seus interlocutores o próprio CGT, é mais um demonstrativo de que a questão da unidade/pluralidade sindical é um dos pontos nevrálgicos do movimento sindical no período. A atuação do CGT e das intersindicais com um programa eminentemente político, em uma conjuntura de crise do poder, funciona como uma situação de fato¹⁰, cujo objetivo é se transformar em uma situação de direito a médio prazo com a reformulação da estrutura sindical. Mas apesar da importância dessa questão a bandeira de reformulação da estrutura sindical não é na realidade o grande eixo da luta levada à frente pelo CGT neste período. Na realização de congressos sindicais, como foi demonstrado no 1º capítulo deste trabalho, na maior

⁹ "Coluna dos Sindicatos: A questão da unidade sindical". CM 23.02.64, p. 9.

¹⁰ "A necessidade de reformar a CLT surgiu como imperativo de força maior graças a atuação do CGT, e sua real liderança junto a um numeroso número de trabalhadores". In: UH (RJ) 15.04.63, p. 7.

parte das vezes a proposta de reformulação da estrutura sindical estava presente no seu temário,¹¹ mas sempre de forma marginal em relação a outros itens da pauta de reivindicação.

A luta principal dos sindicatos não se trava por este caminho. Mas apesar desta orientação geral existem algumas propostas isoladas por parte dos sindicalistas que aprofundam a questão da reforma da estrutura sindical. Uma delas é expressa pela posição de Giovanni Romita, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Gráfica da GB que em setembro de 1961 apresenta o seguinte programa para sua gestão à frente do sindicato:

“Luta por revisão da legislação em vigor no que se refere às relações entre o capital e o trabalho. Elaboração urgente do código de trabalho, já que a CLT está superada em inúmeros pontos; — reforma de base na organização sindical brasileira que foi moldada na “Carta del Lavoro” de Mussolini. **Revisão do sistema de enquadramento sindical** (grifo nosso) — extinção do imposto sindical, desde que acompanhado de plena autonomia sindical — adoção urgentíssima dos contratos coletivos de trabalho, com a garantia de total liberdade sindical e direito de greve”¹².

Apesar do isolamento de propostas desta natureza no contexto mais geral do sindicalismo no período, a própria existência do CGT acaba por pressionar e incentivar o aparecimento de projetos que, se transformados em lei, viriam se chocar com alguns princípios corporativistas da CLT. Uma destas propostas é o projeto de Lei do deputado Roland Corbisier, do PTB-GB, que se aprovado viria alterar o artigo 535¹³ da CLT, acrescentando-lhes os seguintes parágrafos “§... denominar-se-á Confederação Nacional dos Trabalhadores a reunião de confederações a que se refere o § 2º deste artigo. § ... a confederação nacional dos trabalhadores organizar-se-á com o mínimo de quatro confederações mencionadas naquele parágrafo. § ... esta lei será regulamentada sessenta dias após sua publicação”¹⁴.

Com certeza o projeto de lei acima citado ainda é bastante limitado no que concerne à reformulação da estrutura sindical, não atingindo de forma alguma a base do sistema, isto é, a questão do enquadramento por categorias profissionais. Simplesmente acrescenta à estrutura já existente, uma confederação. Uma entidade de cúpula se sobreporia à estrutura sindical vertical. Neste sentido torna-se muito procedente a afirmação de Annez Troyano ao analisar o movimento sindical do período. Segundo a autora, “as tentativas de reformulação da estrutura sindical se tornavam ambíguas, na medida em que a criação de intersindicais contava com a estrutura sindical existente ao mesmo tempo que lutava contra ela”¹⁵.

¹¹ No Congresso nacional dos trabalhadores realizado em abril de 1962 o 4º item do temário referia-se a: “reforma da CLT, e direito de ser organizada a confederação geral dos trabalhadores, que agrupará todas as realizações sindicais do país”. In: CM 22.04.63, p. 7; UH (BH) 29.04.63, p. 2.

¹² “O Líder do dia” in UH (RJ) 23.08.61, p. 8.

¹³ O Art. 535 da CLT trata da organização das confederações de trabalhadores.

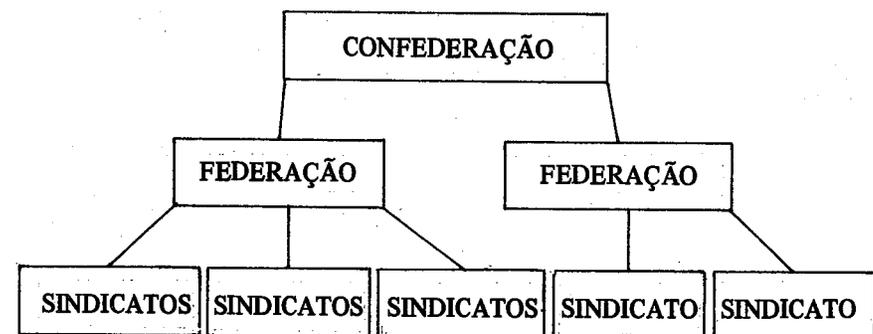
¹⁴ In UH (RJ) 21.10.63, p. 8.

¹⁵ IN: ANNEZ, Audraus Troyano, ob. cit. p. 80.

As Propostas dos Sindicalistas para a Organização de uma Central de Trabalhadores

A CLT prevê o seguinte ordenamento para os sindicatos: sindicatos organizados segundo a base territorial, isto é, os limites geográficos em que se exerce a representação estabelecida para o sindicato podem ser distritais, municipais, intermunicipais e interestaduais (Art. 517 da CLT). Os sindicatos em sua base distrital e municipal, segundo categorias econômicas ou profissionais, são entidades de primeiro grau; já as federações e as confederações são entidades de grau superior. O Art. 534 da CLT trata da organização das federações, estabelecendo o seguinte: “é facultado aos sindicatos, quando em número não inferior a cinco, desde que representem a maioria absoluta de um grupo de atividades ou profissões idênticas similares ou conexas organizarem-se em federações”. Prevê ainda em seu § 2º que as federações serão “constituídas por estados”, podendo o Ministro do Trabalho da Indústria e Comércio, autorizar a constituição de federações interestaduais ou nacionais¹⁶. Já o Art. 535 trata da organização das confederações da seguinte forma: “as confederações organizar-se-ão com um mínimo de 3 federações e terão sede na capital da república”, prevendo ainda em seu § 2º a formação de 7 confederações de sindicatos de empregados nos seguintes ramos: indústria; comércio; transportes marítimos, fluviais e aéreos; transportes terrestres; comunicações e publicidade; crédito; educação e cultura. Desta maneira, a pirâmide sindical brasileira se estrutura da seguinte forma (quadro II):

QUADRO II



Obs: “No sistema sindical tornado único por força da lei... classificadas as associações em três graus sucessivos — sindical-federal e confederação fica vedada passagem de um a outro a não ser respeitando aquela graduação, salvo em casos especiais e por resolução do Ministério do Trabalho”. SIMÃO, Azis. *Sindicato e Estado*. São Paulo, Dominus, 1966, p. 186.

¹⁶ No início dos anos 60 algumas federações nacionais como os ferroviários e estivadores tiveram grande atuação junto ao CGT.

Tomando como referência a estrutura ampliada com base no modelo acima proposto é que os líderes sindicais do CGT e das intersindicais dos anos 60 propõem a organização da central sindical de uma forma complementar a esta estrutura. Apesar de, na realidade, o CGT se fundamentar muito mais nas intersindicais, em algumas federações nacionais e não mais que em três confederações (CNTI, CONTEC e CONTAG), a proposta de organograma para sua legalização, apresentada no "III.º Congresso Nacional de Trabalhadores na Indústria de 1963" traz como fundamento a estrutura piramidal acima descrita. Tal fato nos permite concluir que a criação da confederação dos trabalhadores, segundo este modelo, não eliminaria o instituto do enquadramento profissional nas bases sindicais, nem prejudicaria a estrutura vertical do sindicalismo, somente promoveria a horizontalização desta estrutura no seu topo. Uma central sindical que se organizasse segundo este modelo estaria contribuindo para manter o que até então vigorava, ou seja, "uma estrutura sindical rígida e controlada pelo poder político"¹⁷.

A constatação acima tem como base as várias propostas de criação do CGT feita por trabalhadores em diferentes ocasiões. A primeira proposta de estruturação de uma central sindical no início dos anos 60 é apresentada quando da criação do CGT no "IV.º Encontro Sindical Nacional" (1962). Seu encaminhamento é feito pela delegação da GB no Encontro. "Segundo o pensamento dos líderes sindicais cariocas a central sindical seria composta de dois representantes de cada confederação ou de federação não confederada. No caso de qualquer federação escusar-se de participar do novo organismo, caberia aos seus filiados, federações e sindicatos, indicar o representante do setor profissional"¹⁸. Neste mesmo congresso fica assim definida a estrutura do CGT: "o Comando Geral dos Trabalhadores Brasileiros... será formado pelos dirigentes das confederações e federações nacionais de trabalhadores e terá sede na GB. Cada Estado do Brasil terá um comando estadual integrado pelas federações e sindicatos e em cada núcleo de operários um comando local"¹⁹.

No ano seguinte as propostas de organização da estrutura do CGT, sem se afastarem dos princípios básicos do enquadramento sindical previsto por lei, já demonstram um grau maior de elaboração. É o que fica explícito no organograma elaborado pelos participantes do II.º Congresso Brasileiro de Trabalhadores na Indústria e que permeia fora de dúvida toda a pirâmide sindical brasileira²⁰.

Apesar da carta de princípios elaborada pelos congressistas desenvolver uma argumentação que critica o critério do enquadramento sindical "preso ao ultrapassado binômio - categoria profissional em correspondência econômica"²¹

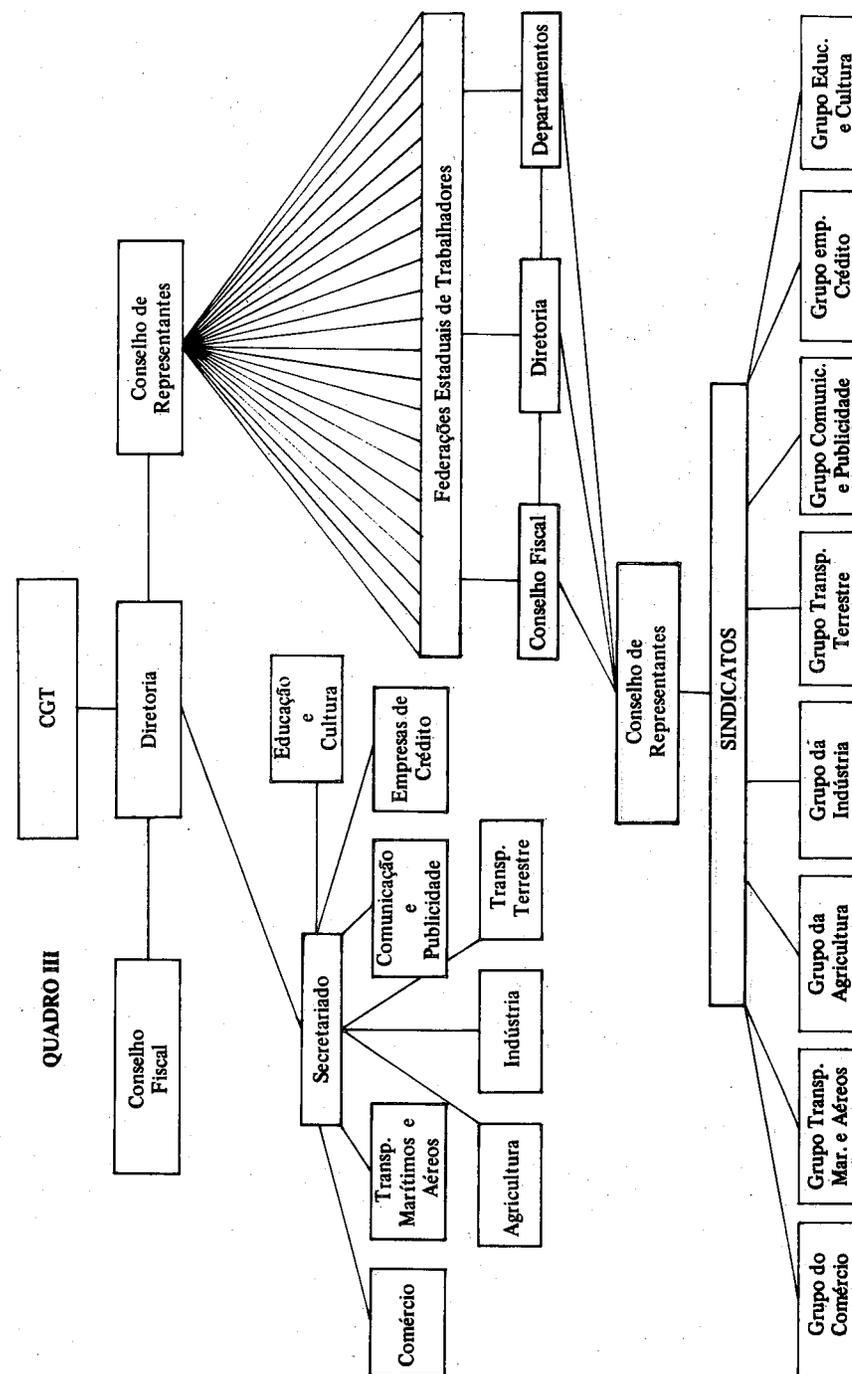
¹⁷ RODRIGUES, José Albertino. Sindicato e Desenvolvimento no Brasil. DIFEL, São Paulo, 1968, p. 102.

¹⁸ UH (RJ) 17.08.62, p. 9.

¹⁹ CM 23.08.62, p. 7.

²⁰ Relatório do II.º Congresso Brasileiro de Trabalhadores na Indústria realizado nos dias 29 e 30 de abril e 1.º de maio no Palácio dos Metalúrgicos no Estado da GB.

²¹ "O próprio plano de enquadramento sindical, preso ao ultrapassado binômio - categoria profissional em correspondência à econômica - não atende a sua razão geradora, provocando conflitos interpretativos e classificações que se atrimam com o seu ordenamento,



nada se faz para eliminá-lo pela base. Somente soma-se a ele um CGT, cuja proposta pressupõe a sua permanência.

Outra proposta de organização do CGT é elaborada pela CONTEC, no XIII Congresso Nacional dos Bancários e Securitários. Sua estrutura básica é: "1 — central única dos trabalhadores em plano nacional; 2 — federação nacional de ramos profissionais (indústria, comércio, transporte, crédito, divulgação e cultura, agricultura e serviços públicos e autárquicos) e federações estaduais dos trabalhadores (uma em cada Estado) com representantes nos conselhos da confederação; 3 — sindicatos de base municipal com representações na federação nacional do ramo profissional"²², o que em poucas palavras repete os limites das propostas anteriores.

As conclusões a que chegamos é que em dois níveis a proposta de criação da central sindical não se opõe à legislação em vigor. O primeiro deles relativo à questão do enquadramento feito por categorias profissionais; o segundo, relacionado diretamente com o primeiro diz respeito à manutenção da estrutura vertical do sindicalismo no país. O organograma aqui reproduzido propõe a organização dos trabalhadores por ramos profissionais, segundo grupos que não fazem mais do que repetir os grupos profissionais previstos no Art. 535 da CLT para a organização das entidades sindicais de nível superior, as confederações. A única diferença é a adição do grupo da agricultura no quadro. Assim a proposta é de organização de sindicatos com base nos grupos da indústria, com seus 10 sub-grupos; na educação e cultura; nas empresas de créditos, na comunicação e publicidade; nos transportes terrestres; na agricultura; nos transportes marítimos, aéreos e fluviais e no comércio. Cada um desses grupos se organizaria em sindicatos por categoria profissional que elegeriam um conselho de representantes para formarem as federações estaduais. Nesta instância apareceria a primeira grande novidade em relação ao previsto pela CLT: as federações estaduais se formariam não com base em um ramo profissional específico, mas sim com base nos sindicatos dos mais diversos ramos, através do Conselho de Representantes. Nesse sentido, pode-se constatar que a proposta, apesar de horizontalizar a estrutura sindical ao nível das entidades de grau superior, ou seja das federações, não a horizontalizava na sua globalidade, já que mantinha a base vertical do ordenamento por ramos profissionais. Esses ramos profissionais se fariam representar nas instâncias superiores da pirâmide, através da formação de um conselho nacional de representantes a partir das federações estaduais.

O referido conselho nacional de representantes é que daria origem à

pela impossibilidade natural de cobrir especulativamente as múltiplas atividades em que se enfeicha o trabalho. Faz-se mister torná-lo mais flexível, ajustando-o à realidade social que cada vez mais exige o enquadramento segundo o princípio da especificidade. Qualquer lei, que objetive disciplinar a organização sindical, terá de vir escoimada dos vícios da atual, banida de toda e qualquer restrição tendente a mitigar a liberdade sindical, que a Constituição Federal consagra amplamente.

Deverá conter tão somente normas genéricas e programáticas, que visem ao reconhecimento da entidade, assegurem o seu pleno funcionamento e imprimam as diretrizes fundamentais do processo eleitoral, para que não seja uma ficção a autonomia administrativa. Nesta direção marcham os industriários, em busca da unidade de pensamento e ação dos trabalhadores brasileiros." Carta de princípios do II Congresso Brasileiro de Trabalhadores na Indústria.

²² Coluna dos sindicatos: central sindical. CM 29.10.63, p. 8.

central sindical, através da eleição de uma diretoria com seu secretariado e de um conselho fiscal. Podemos concluir portanto que esta proposta, ao se deixar permear quase que integralmente pelo ordenamento corporativo da CLT, apesar de superá-lo no que diz respeito às entidades de grau superior, o faz de uma forma no mínimo ambígua, já que, repetindo a argumentação de Annez Troyano, contava com a estrutura sindical existente pelo menos na sua base ao mesmo tempo que lutava contra ela...²³.

Já a proposta da CONTEC, que é menos elaborada, é também menos ambígua e reforça por inteiro a estrutura prevista na CLT, desde as entidades de 1º grau, ou seja, os sindicatos, até às entidades de grau superior, federações, confederações e central sindical nacional. Ao noticiar esta proposta, no calor da hora, o jornal Correio da Manhã em sua coluna sindical do dia 29-10-63 desenvolve o seguinte argumento: "começa a tomar vulto nos meios sindicais a campanha iniciada por vários dirigentes dos trabalhadores, visando a criar uma central sindical que surgiria no bojo das atuais confederações dos trabalhadores, entidades legitimamente constituídas perante as nossas leis trabalhistas", o que vem corroborar o argumento de que a proposta de criação da Confederação Geral dos Trabalhadores naquela conjuntura não se opõe por completo à legislação em vigor, estabelecendo o que poderíamos chamar de uma "democratização pelo alto" da estrutura sindical. Em outras palavras a criação do CGT não teria como suposto ou conseqüência imediata a modificação das bases corporativas do conjunto do sindicalismo brasileiro.

Portanto o questionamento do primado corporativo só se dá pelo alto. Tal prática demonstra que as lideranças sindicais "não possuíam proposta de organização da base para viabilizar uma tentativa de unificação, que transcendesse a organização sindical"²⁴, e que levasse à superação dos limites do sindicalismo tradicional, que organiza os trabalhadores não como produtores, mas sim como assalariados cujo ponto de referência principal não é o seu trabalho mas sua categoria profissional. Nesta perspectiva a tendência seria a de manter um conteúdo de mobilização da classe trabalhadora muito mais segundo reivindicações políticas e econômicas mais gerais (à exceção talvez do problema salarial) do que em torno de questões que se relacionassem basicamente com a organização da produção e do processo do trabalho²⁵. Neste nível desprezado pelo sindicalismo do período situa-se o verdadeiro nó da organização operária e da necessidade de criar um novo sindicato entranhado nas bases cujo principal eixo seria a fábrica ou a empresa.

No entanto é necessário ressaltar que apesar dos limites impostos pela legislação trabalhista e não questionados totalmente pelas direções sindicais que encaminham a bandeira da criação do CGT, a simples existência dos pactos inter-sindicais e do próprio CGT e entidades horizontais proibidas por lei, constitui-se numa negação da estrutura sindical. Se neste sentido a negação é evidente, por

²³ In: TROYANO, Annez Andraus. ob. cit. p. 80.

²⁴ In: TROYANO, Annez Andraus. ob. cit. p. 80.

²⁵ "A construção de uma nova classe operária pressupõe a oposição ao capital não somente ao nível da produção, onde a organização do processo de trabalho reflete diretamente a hegemonia burguesa e a lógica do capital..." In: GRAMSCI, Antônio. ob. cit. p. 39.

outro lado, ela é também parcial. Isto porque estas entidades como já foi dito, sobrepõem-se ao verticalismo da estrutura sindical oficial o que contribui para que elas desenvolvam uma prática sindical cupulista.

Os pactos intersindicais surgem contra o que se pode chamar de dominação “pelega” das entidades de cúpula até então intocadas. Estas entidades, segundo Kenneth Erickson definem-se por uma prática “populista clássica”²⁶. Para superá-la é que “... aos nacionalistas se apresenta como solução a criação de organismos paralelos tais como: o PUI – Pacto de Unidade Intersindical – o Forum de Debates, o PUA – Pacto de Unidade e Ação e mais tarde a Confederação Geral dos Trabalhadores – CGT”. Estas últimas entidades desenvolvem uma prática que Kenneth Erickson definirá como “populista radical”²⁷.

Mesmo com toda a reserva que se possa fazer à denominação de “populista radical” (e que aqui não caberá discutir) o que se conclui é que o conteúdo aplicado por Erickson a esta denominação expressa bem o que é a participação sindical nos anos 60. Ou seja, mesmo que as lideranças desenvolvam propostas de conteúdo político reformista, incompatíveis com o padrão de desenvolvimento econômico do país, podendo nesse sentido serem consideradas uma oposição ao conservadorismo das lideranças das Confederações previstas pela Lei, sua prática não se afasta da “natureza organizacional” da estrutura corporativa. Ao contrário, os caminhos percorridos fazem constatar que o que se pretende não é a reformulação dos aparelhos de Estado, especialmente o sindical, mas sim a sua utilização de uma maneira mais reivindicativa, para que naquelas condições se conquistasse o máximo de vantagens e bem estar para os trabalhadores.

Nesse sentido é que se pode afirmar que o CGT e as iniciativas intersindicais do período, apesar de traduzirem uma certa autonomia e contradição com o Estado, não deixam de ser complementares a seu aparato sindical, na medida em que sua atuação sempre permeia o eixo da estrutura corporativa.

Outras Instituições da Estrutura Sindical e a Posição do CGT

O imposto sindical tem sido o grande sustentáculo do sindicalismo brasileiro, dando-lhe base financeira para sua atuação e sobrevivência. Sua criação data de 1940 quando é instituído pelo Decreto-Lei 2377, de 08-07-1940, persistindo até hoje no que poderíamos definir como o grande trunfo de controle do Estado sobre os sindicatos.

De acordo com o que define o Art. 579 da CLT “o imposto sindical é devido por todos aqueles que participarem de uma determinada categoria econô-

²⁶ “É um tipo de movimento em que os políticos concedem vantagens dos trabalhadores tais como: reconhecimento legal das organizações sindicais, aumento do salário mínimo e legislação social, mas ao mesmo tempo mantém estrito controle, de forma que os trabalhadores não adquirem nenhum poder político real”. In: ERICKSON, Kenneth, ob. cit. p. 81.

²⁷ “Líderes mais capazes substituíram os velhos pelegos no comando das importantes organizações sindicais no início da década de 60. ... A nova liderança procurou tirar vantagens dos benefícios populistas particularmente daquele de natureza organizacional, para aumentar seu poder dentro do sistema populista como um todo ...” In: ERICKSON, Kenneth, ob. cit. p. 84.

mica ou profissional, ou de uma profissão liberal, em favor do sindicato representativo da mesma categoria ou profissão...” Sua destinação é feita da seguinte forma: 60% para o sindicato, 6% de comissão para o Banco do Brasil que funciona como órgão arrecadador, 15% para as federações sindicais, 5% para as confederações e 20% para o Fundo Social Sindical. Segundo o ex-ministro Segadas Viana, este fundo serviria para que as regiões mais ricas contribuíssem para os trabalhadores das regiões mais pobres, representando segundo ele “uma colaboração de solidariedade entre todos os componentes de uma classe, permitindo que todos gozem de benefícios e que os melhores aquinhoados, que não chegam a necessitar desses benefícios, contribuam para o amparo dos menos aquinhoados”²⁸.

A questão do Fundo Social Sindical centraliza, na verdade, boa parte da polêmica que originariamente se estabelece em torno da existência do imposto sindical. A tendência dos sindicalistas se define no sentido de propor a extinção desse Fundo, porém mantendo o imposto sindical. A crítica ao Fundo se faz por ele não ter seu controle realizado pelos sindicatos, sendo utilizado para complementar as verbas ministeriais ou para financiar campanhas políticas, eleitorais e outras²⁹. Dessa maneira ao discutir a questão do imposto sindical, os sindicalistas dos anos 60 definem a seguinte posição:

“sem alarde, podemos dizer que se o imposto sindical fosse repentinamente extinto, isto significaria a morte de grande número de sindicatos, principalmente daqueles que congregam categorias profissionais menos numerosas e mesmo de outras. Seria quase automática a morte do sindicato, onde se conclui que o problema da extinção do imposto sindical é muito complexa. Por outro lado, com relação ao denominado Fundo Social Sindical, que recebe 20% de todo o imposto sindical do país e que é controlado pela Comissão do Imposto Sindical, a posição dos sindicalistas mineiros é diferente, sendo eles favoráveis à sua extinção, pelos motivos a seguir enumerados: a) na maioria das vezes a aplicação dos recursos do fundo sindical não tem sido a mais satisfatória ou desejada ensejando muitas críticas e condenações; b) as entidades sindicais mais desenvolvidas e maduras, estão em condições de fazerem, elas mesmas, a devida aplicação de toda a arrecadação proveniente do imposto sindical”³⁰.

A declaração acima demonstra dois fatos: o 1º de que o sindicalismo do período ainda se considerava dependente do imposto sindical, sendo portanto contrário à sua extinção imediata; o 2º refere-se a uma necessidade de autonomia expressa pelos sindicalistas, já que sugere a possibilidade dos próprios sindicatos aplicarem e gerirem os fundos deste imposto.

Na verdade, a questão do imposto sindical, um dos grandes responsáveis pela dependência dos sindicatos ao Ministério do Trabalho, somente começa a ser questionada pelos sindicalistas. Estes, ao mesmo tempo que reco-

²⁸ In: Brandão, Alonso Caldas. Consolidação das Leis do Trabalho; Interpretada. Rio de Janeiro, Comissão Técnica de Orientação Sindical 1959, p. 605.

²⁹ RODRIGUES, José Albertino, ob. cit. p. 111.

³⁰ UH (BH) 15.02.61, p. 5.

nhecem a carência econômica das entidades sindicais, não podendo, portanto, dispor do fundo financeiro arrecadado por este imposto, percebem a importância de se encontrar mecanismos próprios de sustentação dos sindicatos sem que isto significasse a sua total desativação. É o que se expressa na carta de princípios do IIº Congresso Brasileiro de Trabalhadores na Indústria:

“As entidades sindicais brasileiras ainda são econômica e financeiramente fracas. Carecem, portanto, para sobreviver, da contribuição geral e compulsória das categorias representadas. É mesmo justo que todos contribuam para a sua economia, como beneficiários que são das vantagens alcançadas, por força da representação legal de que são investidas aquelas entidades. Essa contribuição, além do mais, tem o condão de vincular o representado à entidade representativa, atraindo-o para a comunidade sindical.

Mas nem por isso, na conjuntura atual, se faz imprescindível o imposto sindical. E que, com a evolução do sindicalismo pátrio, com o amadurecimento da classe operária, poderá ela, com o sentido de resguardar a economia das suas entidades sindicais, impor, à categoria, a contribuição que julgar adequada, independentemente da mensalidade devida pelos associados”³¹.

O Direito de Greve e a Posição do CGT

Embora o direito de greve fosse limitado pelo Decreto-Lei nº 9070, de 1946, os movimentos paredistas são episódios quase que rotineiros na história brasileira pós-45, especialmente no período que vai da posse de Jânio Quadros na Presidência da República em janeiro de 1961, à queda de João Goulart em abril de 1964.

A luta sindical brasileira neste período suplanta na prática, os limites do direito de greve, criando novas possibilidades para superação das limitações legais pelo movimento trabalhista. O CGT em particular, e o movimento sindical em geral, dão mostras de uma real autonomia em relação à Lei de Greve, não só pelas constantes manifestações em favor do direito de greve, mas principalmente pela prática de constantes deflagrações de movimentos paredistas de natureza tanto política como econômica³².

A posição dos sindicalistas em favor do direito de greve é expressa pela Carta de Princípios elaborada como resultado do IIº Congresso Brasileiro dos Trabalhadores na Indústria. O conteúdo do manifesto define o direito de greve como uma das modalidades de “resistência à opressão”, como uma “reação instintiva dos interesses da classe trabalhadora”. Define ainda a necessidade de constante mobilização e vigilância dos trabalhadores e entidades sindicais para a garantia do livre exercício do direito de greve, assegurado pela constituição de

1946 (Art. 158 da Constituição). Como proposta concreta atribui às “Confederações, Federações e Sindicatos Nacionais a direção desta luta em todo o país, bem como a organização de um plano de mobilização visando a revogação de leis, decretos e regulamentos contrários ao direito de greve...”

Na prática, como foi afirmado, a luta pelo direito de greve define-se pela constante mobilização grevista do período principalmente no governo João Goulart. O CGT é um dos principais articuladores destas greves. A frequência dos movimentos paredistas indica que o direito de greve está sendo conquistado, o que representa no mínimo, um grande poder de pressão dos trabalhadores sobre o Estado e sobre o capital privado.

O quadro abaixo (III), demonstra a frequência das greves do período:

QUADRO III A				
Greves Operárias em São Paulo				
Ano	Número de Greves	Número de grevistas	Número de empresas atingidas	Nº de homens-Hora perdidos
1961	180	254.215	954	3.252.062
1962	154	158.891	980	3.067.747

Fonte: *Revista de Estudos Sócio-Econômicos, DIEESE; São Paulo, Janeiro de 1962, p. 23 (33).*

2 – O CGT e os Trabalhadores

No que diz respeito ao estudo das relações do CGT com as bases sindicais, torna-se fundamental a localização e esclarecimento da prática operária ou trabalhista exercida pela entidade. Somente assim se pode compreender os principais objetivos dessa prática, e a relação desses objetivos com os interesses reais da classe trabalhadora.

No início dos anos 60, o modo de produção capitalista no Brasil vive um momento definido por Paul Singer como de “baixa conjuntural”³⁴. Esta crise agrava-se ainda mais devido ao elevado nível de mobilizações populares no período, expressão das insatisfações mais gerais e específicas dos trabalhadores,

³³ In: IANNI, Otávio. O colapso do populismo no Brasil. Rio, Civilização Brasileira, 1971, p. 99.

³⁴ “A crise política que se abre em agosto de 1961 com a renúncia do presidente da república, contribuiu para agravar os problemas econômicos. A partir do ano seguinte, a taxa de crescimento econômico começou a cair, atingido seu ponto máximo entre 1963-1965, quando o produto per capita chegou a diminuir e a economia manteve-se em depressão... É fácil de ver que as tensões políticas e sociais que estão na raiz desta fase de baixa conjuntural da economia brasileira, são em essência resultantes das contradições que o “grande salto adiante que Juscelino produziu”. In: SINGER, Paul. A crise do milagre. Paz e Terra, 1976, p. 106.

³¹ Parte da carta de Princípios do II Congresso Brasileiro de Trabalhadores na Indústria.

³² Em entrevista realizada em agosto de 1972 o ex-vice Presidente do CGT, Dante Pelacane, declarou que a luta da entidade pelo direito de greve se dá pela prática grevista do período.

especialmente as referentes às suas condições salariais e de vida. Nesse sentido "... Unidos nesse processo como produtores diretos assalariados, submetidos, portanto, à mesma exploração, os trabalhadores resistem ao capital impondo limites a essa exploração, estabelecendo pisos salariais, exigindo melhores condições de trabalho, saúde; etc. Organizam-se para reivindicar seus direitos enquanto proprietários de sua força de trabalho, e conquistam espaços à legalidade burguesa..."³⁵. Tomando como referência a afirmação acima reproduzida, podemos concluir que nas condições específicas de crise econômica e política do início dos anos 60, o CGT exerce a função de unificar as reivindicações da classe trabalhadora. Expressando-as porém, através de uma prática sindical tradicional, que por sua própria natureza cupulista perderá o contato com as bases no momento em que a resistência dos trabalhadores para se alcançar os objetivos de sua luta se faz mais necessária.

O fato é que no momento do golpe de abril de 1964, o movimento sindical se desestrutura com grande facilidade, logo após a prisão das principais lideranças sindicais. Por um período de mais três anos pelo menos a economia brasileira continua passando por uma fase de "baixa conjuntural". O movimento sindical no entanto não expressa nenhuma reação aos efeitos produzidos por esta "crise" exatamente por ter sido desativado em uma operação de afastamento de sua liderança pelos mais diversos meios. Este processo de desativação do CGT é realizado sem uma necessidade maior de se atingir as lideranças de base, devido à própria natureza cupulista do movimento sindical no início dos anos 60.

A Prática do CGT e seu Relacionamento com as Bases

A questão da prática sindical é analisada por Lenine e por Gramsci a partir de uma crítica por eles dirigida ao sindicato tradicional. Segundo Gramsci estas entidades têm como principal limitação a forma como organizam os trabalhadores: "o sindicalismo organiza os operários não como produtores, mas como assalariados, quer dizer, como criaturas do regime capitalista, da propriedade privada, como vendedores da mercadoria chamada trabalho". Neste sentido o trabalhador distancia-se cada vez mais de sua verdadeira realidade de produtor, passando a adotar uma prática submetida à órbita do capital, que terá como objetivos a conquista de vantagens próprias da sociedade burguesa, voltadas para uma ânsia de consumo que o desvia de uma atuação mais objetiva, no sentido de transformação dessa sociedade, e o leva a adotar uma prática sindical cada vez mais burocratizada e ligada aos interesses do capital.

O Comando Geral dos Trabalhadores é a mais importante experiência de unificação do movimento sindical brasileiro. Sua prática representa o ponto de convergência das crescentes mobilizações sindicais que ocorrem no Brasil no início da década de 60. Por um lado reflete o aprofundamento do nível de consciência da classe operária naquela conjuntura, e por outro, a incapacidade do Estado de controlar um processo de mobilização trabalhista que ameaça

³⁵ LEITE, Márcia Paula et alii. "O último vendaval: a greve dos 700.000" In: Cara a cara Nº 2. Centro de Estudos Everaldo Dias. UNICAMP, 1978.

superar a cada instante os limites que este havia traçado para a atuação sindical. Este desenrolar de mobilizações sindicais e de pressões populares exige novas formas organizativas capazes de centralizar os esforços dos trabalhadores para fazer valer suas reivindicações, e de coordenar suas lutas dentro de uma nova perspectiva prática de ligação com as massas. "A ligação com as massas, isto é, com a grande maioria dos operários (e a seguir com todos os trabalhadores) é a condição mais importante, mais fundamental, para que os sindicatos alcancem êxitos, em qualquer atividade que desenvolvam. Desde a base até o ponto mais alto da organização dos sindicatos deve ser criado e comprovado na prática, baseando-se na experiência de uma longa série de anos, um sistema de camaradas responsáveis... que devem viver incrustados na vida operária, conhecê-la em todos os seus aspectos, saber determinar infalivelmente, em qualquer questão e sob qualquer circunstância, o estado de ânimo das massas, suas verdadeiras aspirações, necessidades e pensamentos, saber determinar sem a menor sombra de falsa idealização, seu grau de consciência e a força da influência destes ou de outros preconceitos e reminiscências do passado, saber conquistar uma confiança sem limites de parte das massas com uma atitude de camaradagem para com elas, com uma sólida satisfação de suas necessidades"³⁶.

No entanto a prática e a organização do CGT não chega a representar a possibilidade de se alcançar a organização dos trabalhadores por baixo e nem mesmo de se transformar em uma real alternativa para se alcançar a autonomia sindical, cujo fundamento seria um "sindicato novo" capaz de antepor-se ao mundo do capital e de preparar a classe operária para uma prática democrática de transformação da sociedade a partir de seu local de trabalho.

O "novo sindicato" teria como suporte principal não a estrutura estabelecida pela legislação trabalhista criada pelo Estado, mas sim a ligação com os trabalhadores através de uma "discussão in loco" de suas necessidades e anseios, objetivando sua preparação para o exercício da democracia e a transformação social.

Contudo a atuação do CGT fundamenta-se em um tipo de organização e prática sindical submetida à burocratização própria da estrutura dos sindicatos, funcionando muito mais pela atuação vanguardista de suas diretorias junto ao Estado e à sociedade civil do que junto aos operários, através de organismos em que estes participem orgânica e cotidianamente³⁷.

O quadro já traçado da organização do CGT demonstra que a ligação da entidade com as bases é praticamente inexistente. O sistema para a formação de sua diretoria é feito fundamentalmente por indicação de dirigentes dos vários sindicatos, sem o referendo de qualquer tipo de consulta aos trabalhadores³⁸.

³⁶ LENIN, V. I. Sobre os Sindicatos, São Paulo, Polis, 1979, p. 219.

³⁷ "O complexo das organizações sindicais ... se constitui num aparato tão enorme que acabou por obedecer leis próprias inerentes à sua estrutura e ao seu complicado funcionamento, porém estranhas à massa que adquiriu consciência de sua missão histórica de classe revolucionária". GRAMSCI, Antônio, ob. cit. p. 35.

³⁸ "O CGT inicialmente foi formado por representantes de cada entidade sindical nacional. Cada Confederação Nacional e Sindicatos Nacionais, tinham direito de indicar dois representantes para formarem o CGT. Assim foi feito. Como presidente da CNTI submeti à consideração da Diretoria a proposição apresentada pelo Congresso Sindical para que a

Neste sentido, a relação do CGT com suas bases se apresenta muito mais como de direção distanciada do que de busca constante de contato entre a liderança e os trabalhadores, prática que, sem dúvida, só viria favorecer a identificação e aglutinação de suas necessidades a partir da escolha de seus representantes nos próprios locais de trabalho³⁹.

O CGT não chega a desenvolver um tipo de atuação fundamentado em novos critérios de prática sindical e de real "oposição ao capital, não apenas no sentido mais geral – oposição político-ideológica, resistência econômica pela via sindical – mas, também e principalmente, ao nível da produção, ao nível da fábrica, onde a organização do processo de trabalho reflete diretamente a hegemonia burguesa"⁴⁰. O CGT limita sua prática reivindicatória a questões meramente corporativas e nacionais, descuidando-se da organização e luta, na empresa ou na fábrica, onde se expressa com maior clareza a contradição capital-trabalho.

A própria questão da existência de delegados sindicais, pelas informações colhidas, não chega a ser tratada mais profundamente pelo movimento sindical, a não ser em 1963, quando da greve dos 700.000 em São Paulo. Neste movimento paredista, a proposta de se legalizar a existência do delegado sindical faz parte da pauta de reivindicações dos trabalhadores em greve; este objetivo porém, não é alcançado.

Em 1962, de acordo com os resultados do "inquérito sindical" promovido pelo DIEESE durante o IIº Congresso Sindical dos Trabalhadores do Estado de São Paulo, fica demonstrado que, nos grandes centros, a tendência de burocratização do sindicato é maior. Nestas cidades os dirigentes sindicais também estão mais afastados da produção do que nos pequenos centros. A proporção é a seguinte: 34,4% dos dirigentes sindicais da capital são desligados da produção para 25,7% do interior⁴¹. Isto nos permite deduzir que na medida em que as entidades sindicais crescem em tamanho, maior é o distanciamento de seus dirigentes das bases sindicais e portanto menor o contato com as necessidades reais dos trabalhadores. É o que ocorre com o CGT: nenhum de seus principais líderes são ligados à produção⁴² ou mesmo vinculados a comitês nos locais de trabalho.

Quanto à questão do delegado sindical "... que sempre foi combatido tanto pelos empresários quanto pelo governo, como se pode notar pelos comentários de Carlos Castelo Branco a respeito da atuação de Almino Afonso: ...suas medidas, no que se referem ao CGT e, recentemente, a uma propalada criação

mesma decidisse a participação ou não do CGT. A participação foi aprovada e indicados os Srs. Clodsmidt Riani e Dante Pelacani como representantes da CNTI, junto ao CGT". Entrevista com Clodsmidt Riani, ex-presidente do CGT realizada no dia 14.08.78.

³⁹ Ao responder uma pergunta sobre o relacionamento do CGT com os trabalhadores o ex-presidente da entidade demonstrou o quanto a posição do Comando Geral dos Trabalhadores era distanciada das bases. "A relação do CGT com os trabalhadores era das melhores, havia uma confiança plena no CGT, e quando convocados para assistir palestras, conferências e concentrações, o apoio era satisfatório e animador". Entrevista citada.

⁴⁰ LEITE, Moacir Paula et alii. "O último vendaval: a greve dos 700.000". In: Cara a Cara nº 2. Centro de Estudos Everardo Dias. UNICAMP, 1978. p. 140.

⁴¹ RODRIGUES, José Albertino. ob. cit. p. 147.

⁴² Informações prestadas em entrevistas com Clodsmith Riani, Dante Pelacani, Rafael Martinelli.

de delegados de fábrica, reconhecida pelo Ministério, estariam contrariando o Sr. João Goulart e engrossando o descontentamento dos setores empreguistas da bancada"⁴³. Estes delegados, que poderiam vir a representar um elo de ligação das lideranças com as bases, não chegam a ser considerados com maior ênfase pelo CGT e pelas intersindicais, que escolhem muito mais o caminho de ligação com a estrutura corporativa, para sua atuação do que o caminho de vinculação com as bases, para a partir destas quebrar a cadeia de ligação com a estrutura vertical do sindicalismo brasileiro. Nos manifestos do CGT e em relatórios finais de congressos sindicais não se chega a expressar a necessidade ou o empenho de se lutar pela existência dos delegados sindicais que exerceriam a função de elo entre o conjunto dos trabalhadores e o sindicato, atividades de recrutamento de associados, vigilância das condições de trabalho e principalmente o papel de **ponto catalisador para a criação de comitês de fábrica, capazes de elegerem seu próprio representante junto à entidade.**

A precária existência da figura dos delegados sindicais, em um período de grande mobilização sindical, como o do início dos anos 60, pode ser demonstrada por um inquérito promovido entre o Sindicato de Trabalhadores Têxteis do Estado de São Paulo: "em número de 30 registrou-se a presença de delegados de empresa em apenas 11 e de comissões de empresa em 7 entidades"⁴⁴. O que nos permite constatar que a ligação sindicato-base, se realizada, somente se fazia em condições bastante precárias.

José Albertino Rodrigues afirma que os sindicatos, naquele período, preferem manter os seus "delegados no anonimato", o que lhes daria mais segurança no emprego e melhores condições de vigilância no local de trabalho⁴⁵. O que nos leva a pensar que, na realidade, por este mecanismo, a distância base-entidade continua a existir já que os trabalhadores não reconhecem e não podem escolher abertamente⁴⁶ os seus representantes junto aos sindicatos. Quanto à organização de comitês de fábrica, o sindicalismo do início dos anos 60 não chega a adotá-los como linha predominante de sua atuação. Sua criação permitiria um contato das direções sindicais com todos os trabalhadores sindicalizados ou não, como também abriria possibilidades de expansão da maioria absoluta dos trabalhado-

⁴³ In: Leite Marcia Paula, et alii. p. 145.

⁴⁴ RODRIGUES, José Albertino. ob. cit. p. 148.

⁴⁵ Idem, ibidem. p. 149.

⁴⁶ Interessante compararmos as condições do sindicalismo nos anos 60, com sua atuação cupulista, com as propostas atuais da comissão de sindicalistas de SP, já bastante preocupada com a ligação sindicato-base, propondo a organização de base dos trabalhadores através das comissões de empresa e dos delegados sindicais que "representarão os trabalhadores das respectivas empresas junto ao seu "sindicato" *Jornal Em Tempo*. 01.08.79. p. 9.

"A forma como eu vejo a coisa é a seguinte: uma empresa que por exemplo tivesse 50 seções ela deveria ter 50 delegados sindicais eleitos ... assim você poderia fazer uma convenção somente com delegados sindicais ... acho que tem que haver eleição e o trabalhador tem que escolher o cara a partir de um programa. Inclusive esses caras poderiam escolher a diretoria do sindicato. Eles seriam aqueles caras que estariam o dia inteiro com os trabalhadores, discutindo os seus problemas e em tudo que eles falassem estariam representando os trabalhadores da seção".

"Operários tomam a palavra (sindicalismo de base, comissão de fábrica, democracia)". In: Cara a Cara, nº 2, p. 61.

res através da eleição de seus representantes nos locais de trabalho⁴⁷. O Conselho de fábrica também significaria a possibilidade de mobilização da classe operária em uma posição anti-corporativa e anti-burocrática, evitando dessa maneira a formação de lideranças cupulistas.

O CGT, portanto, caracteriza-se pela ausência de combinação de sua prática a nível político mais geral com uma atuação mais imediata voltada para as bases. Tal soma de objetivos permitiria a criação de uma representação mais autêntica e forte, capaz de sustentar com maior possibilidade de êxito as lutas sindicais.

Dessa maneira o CGT, apesar de ter conseguido mobilizar grandes contingentes de trabalhadores nas manifestações mais amplas por ele lideradas não cria condições para o fortalecimento do movimento popular em geral e do movimento sindical em particular. Apoiado na estrutura corporativa, não desenvolve formas de atuação que lhe teriam permitido criar novas bases para o seu sustento, capazes de gerar um movimento realmente autônomo e independente, e de superar os entraves legais e burocráticos criados pela estrutura corporativa e pelas condições de dominação do capital.

⁴⁷ Importante discussão sobre os Conselhos de fábrica pode ser encontrada em: GRAMSCI, Antônio. *Consejos de fábrica y Estado de la classe obrera*. México, D.R. 1973. Macciochi, M. Antonieta. *A favor de Gramsci*. Rio, Paz e Terra, 1977. GRAMSCI, Antônio. *Obras escolhidas*. Lisboa, Estampa, 1974, vol. II.

CAPÍTULO III

O PARTIDO COMUNISTA E O COMANDO GERAL DOS TRABALHADORES

Muito da forma como se organiza o CGT, e que foi analisada no capítulo anterior, deve-se a estratégia política e sindical do partido que exerce a hegemonia na direção do Comando Geral dos Trabalhadores: o PCB. Realmente a presença de dois partidos políticos — PCB e PTB — como já foi demonstrado, se faz muito forte na composição dos quadros do CGT. No entanto, é a linha de atuação do PCB que prevalece na direção das lutas da entidade. A influência do PCB no Comando Geral dos Trabalhadores é grande em decorrência do fato do partido ter um elevado número de seus membros ligados àquela entidade. Decorre também da orientação clara de seus militantes quanto ao movimento sindical. Esta orientação é definida nas decisões tomadas pelo Vº Congresso do PCB, realizado em 1958. Soma-se a esses fatores uma relativa experiência de atuação sindical acumulada pelo partido nos anos anteriores, especialmente quando da criação do MUT e da CTB.

As resoluções do V Congresso do PCB que norteiam toda a atuação do partido junto ao movimento sindical são do seguinte teor: luta por melhores condições de vida; unidade de ação e organização dentro das entidades de grau superior para fortalecer estas lutas; necessidade de fortalecimento e de criação de sindicatos agrícolas; luta anti-imperialista; atuação na organização sindical existente, lutando para se constituir uma organização de cúpula horizontal; luta para que a atividade sindical não ficasse somente restrita às cúpulas e organizações dos trabalhadores nos locais de trabalho.

“A tarefa principal dos comunistas no trabalho das massas consiste em fortalecer a unidade e a organização da classe operária para que ela desempenhe o papel dirigente no movimento anti-imperialista e democrático. A fim de cumprir esta tarefa, os comunistas devem intensificar e aperfeiçoar cada vez mais sua atividade no meio sindical... Os sindicatos e demais organizações profissionais não devem servir a objetivos que dividem os operários, mas constituir instrumentos de unidade de ação de todos os trabalhadores de todas as tendências ideológicas e políticas que atuam no movimento sindical

CAPÍTULO IV

AS PRINCIPAIS REIVINDICAÇÕES E MANIFESTOS SINDICAIS NO INÍCIO DOS ANOS 60

1 – O Movimento Sindical e o Conteúdo de suas Reivindicações

No presente capítulo pretendemos demonstrar que o movimento sindical no início dos anos 60 desenvolve lutas concretas que visavam à melhoria das condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora brasileira, enumerando uma série de reivindicações que incluíam desde questões como salários e jornada de trabalho, questões ligadas às condições de vida como abastecimento, casa própria, inquilinato, controle da inflação, passando por questões políticas e econômicas mais gerais, que gradativamente se tornaram o eixo principal destas propostas. O conteúdo destas reivindicações são opostos ao “modelo” econômico que vige no país, cujos principais aspectos são: internacionalização da economia com grandes empréstimos no estrangeiro e com investimentos de empresas multinacionais nos ramos mais dinâmicos da produção, ênfase na industrialização de bens de consumo duráveis e achatamento do salário real da classe trabalhadora,¹ política esta aplicada desde o governo Juscelino ainda nos anos 50.

Os tópicos mais amplos ligam-se à propostas e lutas pelas reformas de base, isto é, reforma agrária, reforma bancária, reforma urbana, reforma eleitoral e reforma fiscal, à luta pela nacionalização da economia através da encampação de indústrias de base e da exploração de riquezas minerais, à nacionalização de bancos, ao controle da remessa de lucros e ao fortalecimento da Petrobrás. O programa desenvolvido na greve geral de 5 de julho de 1962 é uma síntese desta tendência reivindicativa.

¹ Francisco de Oliveira em seu artigo “Crítica à Razão Dualista”, desenvolveu com clareza o argumento de que o crescimento do PIB no governo JK aos índices de 114%, se deveu ao financiamento da economia brasileira por dois fatores principais: 1) Associação com o capital estrangeiro (principalmente pelo fornecimento de tecnologia), que acabou por criar um tipo de indústria voltada para o consumo das camadas mais altas da sociedade brasileira; 2) achatamento do salário real com aumento da exploração da força de trabalho que forneceu excedentes internos para acumulação.

- “1) Luta concreta e eficaz contra a inflação e a carestia, mobilizando todos os meios de transporte para condução de gêneros essenciais dos centros produtores para os consumidores, chegando-se, se necessário, até ao confisco dos estoques existentes.
- 2) Reforma agrária radical e, de imediato, reconhecimento dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais.
- 3) Reforma urbana como única solução para o problema da casa própria.
- 4) Reforma bancária, com a nacionalização dos depósitos.
- 5) Reforma eleitoral, com direito de voto aos analfabetos, aos cabos e soldados das Forças Armadas e a instituição da cédula única para as eleições de 7 de outubro.
- 6) Reforma universitária e a participação de 1/3 de estudantes nas Congregações, Conselhos Departamentais e Conselhos Universitários.
- 7) Ampliação da atual política externa do Brasil, pela conquista de novos mercados, em defesa da paz, do desarmamento total e da autodeterminação dos povos.
- 8) Repúdio e desmascaramento da política financeira do Fundo Monetário Internacional.
- 9) Aprovação da lei que assegura o direito de greve, nos termos do projeto aprovado pela Câmara Federal, com as emendas propostas e já aprovadas pelos trabalhadores em suas conferências e congressos.
- 10) Encampação, com tombamento de todas as empresas estrangeiras que exploram os serviços públicos.
- 11) Controle da inversão de capitais estrangeiros no País e limitação da remessa de lucros.
- 12) Participação dos trabalhadores nos lucros das empresas.
- 13) Revogação de todo e qualquer acordo lesivo aos interesses nacionais.
- 14) Fortalecimento da Petrobrás com o monopólio estatal da importação de óleo bruto, da distribuição de derivados a granel, da indústria petroquímica e a encampação das refinarias particulares.
- 15) Medidas concretas e eficazes para o funcionamento da Eletrobrás.
- 16) Criação da Aerobrás, instituindo o monopólio estatal na aviação comercial.
- 17) Manutenção das atuais autarquias que exploram o transporte marítimo, assegurando-se-lhes o percentual de 50% das cargas transportadas, na importação e exportação, às embarcações mercantis nacionais.
- 18) Aprovação da Lei que institui o pagamento de 13^o mês de salário”².

² In: MIGLIOLI Jorge. Como são feitas as Greves no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963, pp. 117 - 118.

O programa demonstra claramente como a ênfase principal das lutas sindicais concentra-se em questões mais amplas da vida nacional, sem que contudo se tivesse abandonado as reivindicações mais imediatas. Na realidade o movimento sindical procura intervir cada vez mais nos problemas políticos do país, tornando-se uma força inegável na realidade brasileira. A imagem da força e presença do sindicalismo na vida política brasileira, identificado inclusive por algumas correntes conservadoras como o "4º poder" acaba por provocar uma forte reação desses setores que tomam a iniciativa do golpe de 1º de abril. Esta imagem dos sindicatos deve-se principalmente à constante atuação de suas lideranças, aos movimentos de caráter de massa que empreendia e aos manifestos à nação por eles divulgados. Esta imagem não corresponde entretanto a um trabalho de organização das bases (como foi demonstrado no 2º capítulo), capaz de sustentar o alto nível de reivindicação desenvolvido. A ênfase em questões políticas e econômicas mais gerais tem como contrapartida mobilização eminentemente de caráter nacional, que se provocam a impressão de uma grande força do sindicalismo, não podem, contudo, ocultar sua fraqueza se tomarmos como referência a relação movimento sindical-trabalhadores.

A Evolução do Conteúdo das Reivindicações. As Questões Corporativas

As reivindicações sindicais no início dos anos 60 sofrem grande influência das análises desenvolvidas pelo PCB do que seriam as principais vias para a transformação e revolução social no país. A presença de um grande número de militantes desse partido (como foi demonstrado no capítulo anterior) nos quadros das entidades sindicais, principalmente nas federações sindicais e nas intersindicais, reforçam o peso desta influência, e como consequência a orientação predominante na prática diária destas entidades.

No início do ano de 1961 as lutas prioritárias do movimento sindical ainda se concentravam basicamente em reivindicações ligadas às condições imediatas de vida e trabalho da classe operária. É o que pode ser constatado através de um manifesto entregue por sindicalistas comerciários ao Presidente Juscelino em janeiro de 1961 já nos últimos dias do seu governo. Os principais pontos do manifesto propunham por:

- 1) Horário único rígido (8-18 hs) para funcionamento do comércio.
- 2) Cumprimento integral da semana inglesa.
- 3) Isenção de imposto de renda para as classes assalariadas cujos ordenados não sejam maiores do que 5 vezes o atual salário mínimo.
- 4) Efetivação e cumprimento da Lei que criou assentos para balconistas.
- 5) Alteração da CLT adaptando-a às reais necessidades dos trabalhadores.
- 6) Estabelecer que a parte fixa dos trabalhadores que percebem o salário mínimo (salário e comissões) não seja inferior em nenhuma hipótese, ao atual salário mínimo.

- 7) Regulamentação urgente e democrática do direito de greve.
- 8) Construção de restaurantes populares (SAPS) nos centros de maior densidade demográfica operária.
- 9) Participação efetiva e imediata dos empregados nos lucros das empresas.
- 10) Aposentadoria aos 25 anos para a mulher comerciária.
- 11) Prorrogação da Lei do inquilinato.
- 12) Gratificação obrigatória de Natal para todos os comerciários (13º salário).
- 13) Férias de 30 dias corridos.
- 14) Indenização "post-mortem" para a família do trabalhador, proporcional ao tempo de serviço.
- 15) Reforma agrária³.

Como se pode observar, as principais reivindicações tratam de assuntos ligados a interesses imediatos da categoria comerciária sendo que a questão política mais ampla aí aparece somente de forma marginal; o inverso disso é que caracteriza os últimos anos do governo João Goulart.

Outro documento de grande importância que evidencia esta tendência do período são as resoluções constantes da Carta de Princípios elaborada no "II Encontro Sindical Nacional", cujo conteúdo mais amplo trata de questões trabalhistas, tais como, salário e previdência social, embora já faça alguma referência à questão agrária, principalmente no que diz respeito à sindicalização dos trabalhadores agrícolas. Em seguida reproduziremos uma síntese dessas resoluções:

- 1) **Política salarial:** propugnar pela atualização dos atuais níveis de salário-mínimo, que foram considerados inteiramente superados, diante da elevação do custo de vida nos últimos três meses. Reivindicam ainda os trabalhadores, no tocante a salários, a instituição do salário-profissional e do abono de Natal, este último objeto de projeto já apresentado na Câmara dos Deputados.
- 2) **Escala móvel de salário:** solicitar à Câmara que pare a tramitação de qualquer projeto sobre a escala móvel de salário, a fim de possibilitar aos trabalhadores e sindicalistas a discussão do assunto, sobre o qual não tiveram ainda a oportunidade de opinar, debater ou sugerir.
- 3) **Contrato coletivo:** apoiar quaisquer medidas que visem ao incremento dos contratos coletivos de trabalho, que desde há muito constituem uma aspiração de diversas categorias profissionais, já lutando pela sua instituição.
- 4) **Direito de Greve:** mais uma vez a posição dos trabalhadores foi contrária ao que chama "famigerado" Decreto-Lei número 9.070, encarecendo a necessidade de ser imediatamente regulamentado o Direito de Greve, cujo projeto de lei está atualmente no Senado Federal.
- 5) **Previdência Social:** confiar no sistema colegiado instituído pela

³ UH (RJ) 27-01-61, p. 7.

Lei Orgânica, bem como assumir posição contrária a todo ato ou iniciativa que indiquem interferências políticas na esfera dos órgãos da Previdência Social.

- 6) **Sindicalismo:** assumir posição de vigilância para garantia de liberdade e autonomia sindical, bem como reivindicar a sindicalização para o funcionalismo público e apoiar a realização do I Congresso Brasileiro do Trabalhador Rural, a ser efetuado em Belo Horizonte, no mês de outubro vindouro.
- 7) **Custo de vida:** reconhecimento de que a Instrução 204, conquanto possa ter influência no equilíbrio orçamentário e saneamento da moeda, concorreu muito para a elevação do custo de vida, necessitando pois ser contrabalançada por medidas complementares simultâneas, a fim de minorar os sacrifícios dos assalariados.
- 8) **Reivindicações gerais:** solicitar ao Congresso Nacional a prorrogação da Lei do Inquilinato e a aprovação da Lei antitruste.
- 9) **Entidades sindicais no campo:** que sejam criadas em todas as entidades sindicais comissões de ajuda e assistência aos trabalhadores rurais, uma vez que ainda não estão com suas entidades devidamente reconhecidas; que o próximo congresso de lavradores e trabalhadores rurais conte com a participação das entidades sindicais e trabalhadores⁴.

Estas resoluções demonstram que o sindicalismo embora ainda preocupado com as questões específicas ao movimento sindical, já começa a esboçar uma série de propostas mais gerais. Estas se exprimem em críticas à política econômica do governo, especialmente à "Instrução 204 da SUMOC" considerada como responsável pela alta no custo de vida e em propostas de organização nacional dos trabalhadores e em entidades de classe, com referência especial aos trabalhadores do campo até então não incluídos na legislação trabalhista. Estas propostas despertam sérias preocupações nos grupos dominantes que, com o esboço de organização dos trabalhadores no campo, veem sua hegemonia ameaçada por um movimento popular que tende a se fortalecer. Essa tendência se torna mais clara quando as organizações sindicais rompem os limites da cidade e penetram no campo.

Este espectro de ameaça à hegemonia dos setores dominantes provoca a articulação de uma aliança dos grandes proprietários rurais, da burguesia nacional e internacional e dos militares, na organização de um processo de reação ao crescimento dos movimentos populares. Esta aliança colhe seus frutos no golpe de abril de 1964, que funciona como um obstáculo definitivo ao desvendar de um processo reivindicativo tal qual vinha sendo desenvolvido desde o início dos anos 60.

No início de 1961, os trabalhadores discutem algumas questões referentes à redução da jornada de trabalho para 6 horas. Como reflexo dessa discussão chega a ser elaborado um projeto de lei pelo Deputado do PTB Sérgio Magalhães, dando a seguinte redação ao Art. 58 da CLT: "a duração normal do

trabalho para os empregados em qualquer atividade privada não excederá de 6 horas diárias"⁵. Este projeto conta com grande apoio dos sindicalistas que se expressam favoravelmente a ele em especial através da CPOS (Comissão Permanente das Organizações Sindicais). Tal proposta vem corroborar nosso argumento de que o nível de reivindicações populares naquela conjuntura atinge um limite incompatível com o modelo de desenvolvimento adotado no país, já que este modelo, como afirma Chico de Oliveira, tem como uma das vertentes para a acumulação de capital, uma alta taxa de exploração da força de trabalho. A redução da jornada de trabalho, sem dúvida, significaria uma retração nesta taxa de exploração, o que é prontamente rejeitado pelos setores empresariais.

Mesmo outras reivindicações tais como contrato coletivo de trabalho, constantes aumentos salariais e 13º salário transformam-se a curto prazo em restrições ao crescimento da taxa de lucro das empresas, provocando nos detentores do capital um sentimento de inquietude para a sequência de seus investimentos. Este clima vivido pelas classes dominantes é decorrente não só do conteúdo das reivindicações dos trabalhadores como também da instabilidade e crise institucional provocada por suas mobilizações que funcionam como denúncia à não participação nas vantagens do denominado "pacto populista"⁶.

Outra mostra do conteúdo predominante nas reivindicações deste período está no temário da "IIª Convenção Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito", que inclui os seguintes pontos:

- 1) **Condições de trabalho:** fiscalização das leis trabalhistas; defesa da lei das seis horas e do horário corrido; contrato coletivo de trabalhador; salário profissional.
- 2) **Problemas nacionais:** fortalecimento das organizações sindicais; revogação do Decreto 9.070; direito de greve.
- 3) **Previdência Social:** defesa da Previdência Social e estudo dos planos a serem adotados pelo IAPB⁷.

Estes três pontos confirmam o que constatamos anteriormente, ou seja: nos primeiros dois anos da década de 60 predominam reivindicações econômicas e trabalhistas mais específicas. Essa tendência no entanto se inverterá na própria dinâmica de crescimento do movimento sindical no período.

As Questões Políticas

No ano de 1961 o movimento sindical dá seus primeiros passos em direção do predomínio de reivindicações e manifestações políticas e econômicas mais gerais. O episódio que leva a uma das primeiras manifestações eminente-

⁵ UH 21-03-61, p. 2.

⁶ "A crise que se gesta, repita-se, vai se dar ao nível das relações de produção de base urbano-industrial e terá como causa a assimetria da distribuição dos ganhos da produtividade e da expansão do sistema. Ela decorre da elevação à condição de contradição política principal da assimetria assinalada: serão as massas trabalhadoras urbanas que denunciarão o pacto populista já que sob ele, não somente não participavam dos ganhos, como viam deteriorar-se o próprio nível da participação da renda nacional que já haviam alcançado". In: OLIVEIRA, Francisco. Idem, *ibidem*.

⁷ UH (RJ) 08-05-61, p. 15.

⁴ UH (BH) 22-05-61, p. 2.

mente política por parte dos sindicatos, é a repressão ordenada pelo governo sobre estudantes e operários no Recife, quando um grande número de manifestantes favoráveis à reforma agrária são presos. O acontecimento gera um clima de apreensão no país. Organizações populares e setores democráticos protestam contra o acontecimento. Em manifesto divulgado à nação a CPOS assume posição em defesa dos manifestantes e das liberdades democráticas:

“Ao povo e aos trabalhadores do Estado da Guanabara: as medidas repressivas contra estudantes e trabalhadores no Recife e noutras cidades do NE, tomadas pelo governo da república, com a invasão de escolas, sedes sindicais, prisão de estudantes, de trabalhadores, de dirigentes sindicais e de políticos; ocupação de redações de jornais e suspensão de sua circulação precedida de censura às estações de rádio, serviram de advertência ao País e ao povo brasileiro.

Todos em nosso País sentiram a necessidade de lutar contra a coação, o cerceamento às liberdades públicas e a violação dos princípios e garantias constitucionais. Os protestos contra a violência e o arbítrio ali praticadas, bem como a solidariedade dos estudantes e trabalhadores da ação unitária de todo o povo em defesa e manutenção de um clima de democracia e liberdade. Somente com democracia, liberdade e respeito aos direitos constitucionais é que os trabalhadores e povo podem reivindicar os seus direitos.

Diante desses acontecimentos e para que eles não se repitam, e nem tornem a ameaçar as liberdades democráticas, a inviolabilidade das organizações populares e sindicais, os órgãos de imprensa e as estações de rádio e TV, para que se assegure de fato o direito de reunião e de greve, nós reunidos na ABI, dirigimo-nos a todo o povo, aos trabalhadores, às organizações sindicais e populares, aos parlamentares e partidos políticos, para que permaneçam vigilantes em defesa de todas as prerrogativas, da integridade e da autonomia das organizações sindicais, devendo manter-nos coesos em torno da legalidade democrática”. a) A diretoria executiva da CPOS⁸.

Este manifesto, além de ser uma clara defesa das prerrogativas democráticas, constitui-se em um protesto contra a “violência conservadora” que, segundo os sindicalistas, é uma forma de obstar as reivindicações dos trabalhadores.

No entanto o evento que provoca a maior mobilização dos trabalhadores naquele ano, é a renúncia de Jânio Quadros à presidência da república. À atitude do político segue-se forte mobilização de setores conservadores das forças armadas e do empresariado contra a posse do vice-presidente João Goulart⁹.

⁸ UH (RJ) 22-06-61, p. 8; CM 22-06-61, p. 7.

⁹ “O Presidente Provisório, Ranieri Mazzili, comunicou ao Congresso a 28 de agosto que os militares se opunham à posse do Vice-Presidente Goulart na Presidência da República. Por razões de segurança nacional Mazzili fez a declaração depois de uma reunião na manhã de 28 em Brasília, com o Ministro da Guerra, Denys, da Marinha, Sílvio Heck, e o da Aeronáutica, Gabriel Grun Moss. Denys afirmando na véspera que se opunha à filosofia governamental de Goulart disse que havia chegado a hora de escolher entre o comunismo e o Brasil”. In: YOUNG, Jordan. Brasil 1954 - 1964; Fim de um Ciclo Civil. Rio, Nova Fronteira, 1973.

Imediatamente as forças populares se organizam para defender uma posição oposta. O episódio da renúncia de Jânio Quadros, além de ter unificado vários setores da população em torno de objetivos comuns para a defesa da legalidade contra a posição dos militares, provoca também a união de vários sindicatos em torno de uma grande mobilização grevista em defesa intransigente das conquistas até então alcançadas pelos trabalhadores. No esteio desse movimento que durou até a posse de João Goulart na presidência surge o intersindical CGG.

Na ocasião vários manifestos são lançados por entidades sindicais cujo conteúdo fundamental é: respeito à democracia, defesa da legalidade, protesto contra a prisão de líderes sindicais e contra a interdição das sedes de sindicatos e conclamação de uma greve geral em defesa da posse de João Goulart. Entre eles:

Federação Nacional dos Gráficos: “Vamos parar o Brasil, qualquer tentativa de solução extra-legal para a crise política que atravessamos provocará imediata reação das classes trabalhadoras com a deflagração de uma greve nacional, não haverá força capaz de impedir o protesto das classes trabalhadoras que será ordeiro e pacífico”.

Diretoria do Sindicato dos Bancários da GB: “Não estamos em estado de sítio, nenhuma garantia constitucional foi legalmente suspensa ... enganam-se os que pensam que o sindicato são as paredes, as máquinas e os utensílios de nossa sede. Isso tudo poderá ser interdito pela arbitrária vontade dos que usam ilegitimamente do poder contra o povo, mas o verdadeiro sindicato, o sindicato unidade, o sindicato ação, o sindicato consciência, o sindicato determinação, este sindicato indomável — é a classe bancária organizada e consciente que cedo ou tarde sairá vitoriosa da luta, como vitorioso será o povo brasileiro, na defesa de sua soberania e dos preceitos constitucionais ...”¹⁰.

Funcionários Públicos de MG: “Os servidores públicos por suas entidades representativas, cômicos do importante papel que representam na sociedade ... afirmam:

- 1) o seu mais fiel respeito às tradições democráticas do povo brasileiro e ao acatamento da vontade do povo demonstrado nas urnas;
- 2) a sua firme posição pró-legalidade, em particular em defesa da constituição;
- 3) o seu repúdio às detenções arbitrárias de cidadãos brasileiros, apelando às autoridades pelo respeito às mais rudimentares noções de democracia e liberdade”¹¹.

Após estas manifestações, que contam com grande apoio da população¹² e em seguida à posse do presidente João Goulart as manifestações e reivindicações sindicais adquirem um caráter crescentemente político. As reivindicações

¹⁰ UH (RJ) 31.08.61, p. 8.

¹¹ UH 04-09-61, p. 5.

¹² “Uma pesquisa de opinião pública realizada no antigo estado da GB revelou que 81% dos eleitores apoiavam a sucessão legal, 10% favoreciam o acordo parlamentar, que afinal acabou vingando, e apenas 2% desejavam a remoção de Goulart de seu posto (JB 02-09-61, p. 1). In: ERICKSON, Kenneth. Ob. cit. p. 146.

ecorômicas imediatas ou corporativas passam a um 2º plano em relação às propostas políticas mais gerais. Dentre estas a questão agrária adquire um lugar de destaque, consubstanciado na proposta de reforma agrária, que se torna a principal bandeira de luta das entidades sindicais mais combativas do período.

Uma das mais significativas manifestações pela reforma agrária ocorre com a realização do Congresso Nacional Camponês em novembro de 1961 em MG. Como resultado do encontro difunde-se por todo o país o seguinte slogan: **"Reforma agrária já. Reforma agrária na Lei ou na marra"**. A proposta de reforma agrária tem como pano de fundo a concepção de que, para se ampliar o mercado interno, necessário ao desenvolvimento de um "capitalismo nacional", é fundamental uma mudança nas condições de produção e distribuição das propriedades agrícolas¹³. Esta medida, se adotada, contribuiria para alterar a composição da demanda, "redistribuindo a renda pessoal", criando, portanto, possibilidades para a rentabilidade dos investimentos¹⁴ como também gerando condições para a melhoria do padrão de vida dos trabalhadores do campo e da cidade.

A Crise Política de Setembro de 1962 e a Luta por Um Governo "Nacionalista e Democrático"

A instabilidade política no ano de 1962 reflete-se em seguidas crises de gabinete, agravadas ainda mais pela pressão dos setores populares, especialmente do movimento sindical. O episódio da crise de setembro deste ano, quando os trabalhadores deflagram a batalha pela realização do plebiscito, demonstra o alto grau de politização que adquire o movimento sindical, através de suas entidades de cúpula. A luta pelo fim do Parlamentarismo decorre da compreensão por parte destes sindicatos de que somente através de um governo presidencialista é que se poderiam gerar as condições necessárias à implementação das reformas de base.

A análise à respeito da necessidade de se criar condições para a execução imediata das reformas de base e de um programa de nacionalização da economia encontra-se em vários manifestos sindicais, como aquele lançado, durante o episódio da crise, pela CNTI, CONTEC, CPOS, Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aéreos, Federação Nacional dos Estivadores, Federação Interestadual dos Trabalhadores do Ensino, Federação Nacional dos Jornalistas e outras:

"Nós dirigentes sindicais, cômicos de nossas responsabilidades como representantes da maior parcela e a mais ativa na construção da riqueza nacional, declaramos que as causas da crise brasileira não estão

¹³ A burguesia brasileira assim se estruturou, umbilicalmente ligada ao latifúndio e subordinada às finanças internacionais que manipulavam as transações de café, principal fonte de divisas do País. O industrial e o fazendeiro eram como irmãos xipófagos. E até, o mais das vezes, se confundiam numa só pessoa. Daí sua incapacidade para promover a revolução agrária, ponto de partida na escola do desenvolvimento capitalista (...) BANDEIRA, Moniz. Presença dos Estados Unidos no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1973, p. 189.

¹⁴ Este argumento é desenvolvido por TAVARES, M. Conceição. In: ob. cit.

sendo colocadas em seus devidos lugares. Nosso povo e os trabalhadores não podem ser apenas levados à luta em torno de bandeiras como o plebiscito e a delegação de poderes.

Certos de que representamos o sentimento e as aspirações da maioria dos civis e militares, de todo o povo brasileiro, reivindicamos que a opção diante da crise seja em torno de problemas candentes e decisivos para o futuro da nacionalidade, o desenvolvimento independente de nossa Pátria e o bem-estar para o nosso povo.

A opção ao nosso ver, deve ser: a favor ou contra as liberdades democráticas e sindicais; a favor ou contra a manutenção e extensão do congelamento de preços dos gêneros de primeira necessidade; a favor ou contra os especuladores, os beneficiários da miséria; a favor ou contra a encampação dos frigoríficos estrangeiros e das concessionárias estrangeiras dos serviços públicos que, como acontece agora, no Estado do Rio, racionam a luz e força estancando o nosso desenvolvimento econômico; a favor ou contra a aprovação urgente da lei de controle de remessa de lucros; a favor ou contra a extensão do monopólio estatal do petróleo à área de distribuição; a favor ou contra a elevação de níveis de salários-mínimos e reajustamento de todos os salários, soldos e vencimentos; a favor ou contra a liquidação dos privilégios usufruídos pelas empresas imperialistas em detrimento da indústria nacional e dos interesses do nosso povo; a favor ou contra a constituição de um Governo nacionalista e democrático.

Tendo em conta que todo o poder emana do povo e em seu nome tem de ser exercido, somos favoráveis a uma consulta popular, porém declaramos à Nação que as medidas que o povo reivindica não dependem, fundamentalmente, dessa consulta.

Como dirigentes da classe operária, temos o dever de alertar os trabalhadores que, por si só, sem conteúdo social e econômico, o plebiscito não dará solução nenhuma aos problemas que afligem ao nosso povo. Tanto assim, que o ilustre Dr. João Goulart, Presidente da República e com quem lutamos ombro a ombro há muitos anos, deve vir a público assumir o compromisso de organizar um Governo nacionalista e democrático, caso o povo lhe devolva, pelo plebiscito, o poder que lhe foi furtado em consequência do conluio entre os entreguistas e inimigos da Pátria...¹⁵

Como se pode perceber, os sindicalistas já colocam com bastante clareza a opção de desenvolvimento econômico que queriam para o país. Questões como aumento salarial, necessidade de se regulamentar o abastecimento e se congelar os preços dos produtos de 1ª necessidade são enumerados junto com propostas de democratização da vida nacional através de uma política nacionalista principalmente nos setores básicos da economia, do controle da remessa de lucros e da "liquidação" dos privilégios usufruídos pelas empresas imperialistas em detrimento das empresas nacionais. As reformas de base e em especial a reforma agrária são pontos fundamentais desta opção política pela "democracia" e pela

¹⁵ UH (RJ) 10-08-62, p. 2.

“emancipação da pátria”, o que em outras palavras significa a defesa de um desenvolvimento capitalista autônomo.

Outros três manifestos lançados por entidades sindicais na ocasião da crise, confirmam bem estas conclusões, que podem ser sintetizadas na seguinte colocação feita por líderes sindicais: “Estamos convencidos de que a crise política econômica e social é consequência da estrutura obsoleta de nosso País e da dominação do imperialismo e do latifúndio ...”¹⁶.

Eis a íntegra destes manifestos:

“Aos Trabalhadores e ao Povo

A Comissão Executiva do IV Congresso Sindical do Estado de Minas Gerais, diante da atual conjuntura nacional, traz ao conhecimento de todos os companheiros trabalhadores de qualquer categoria profissional e do Povo em geral, que ficou deliberada pelo Comando Geral dos Trabalhadores, na Guanabara, a deflagração de uma greve geral caso até o próximo dia 15 deste mês não sejam atendidas as seguintes reivindicações mínimas dos trabalhadores e do povo:

- 1) plebiscito, através do qual se fixe o atual sistema parlamentarista;
- 2) revogação da Lei de Segurança Nacional;
- 3) reforma da Lei Eleitoral;
- 4) direito de voto para os analfabetos e soldados;
- 5) aumento de 100% no salário com manutenção da hierarquia salarial para os demais trabalhadores;
- 6) a aprovação do projeto-lei que regulamenta o direito de greve, conforme projeto originário da Câmara;
- 7) imediato enquadramento e readaptação de todos os funcionários públicos independentemente de estudos do DASP;
- 8) reforma agrária radical, com distribuição de terra e meios aos camponeses;
- 9) rejeição do Projeto de reformas bancárias de autoria da Comissão Especial do Congresso;
- 10) delegação de Poderes ao Conselho de Ministros para as reformas indicadas necessárias à emancipação econômica do Brasil;
- 11) congelamento imediato dos gêneros de primeira necessidade”¹⁷.

“Trabalhadores do Brasil!

Cumprindo as decisões do IV Encontro Sindical Nacional e da reunião do Comando Geral dos Trabalhadores determinamos a greve em todo o território do nosso País, em defesa das nossas reivindicações e direitos aprovados nessas assembléias nacionais. O povo brasileiro não pode mais suportar as aflições e angústias causadas por uma minoria de inimigos de nossa emancipação que no Parlamento, em postos da administração de nosso País, são insensíveis ao sofrimento de nossas famílias vítimas da desenfreada carestia de vida, dos salários

baixos e agora, também, das consequências de contínuas e prolongadas crises políticas. Nos levantamentos em defesa das liberdades democráticas e pela constituição de um governo nacionalista e democrático para realizar as reformas de base por nós exigidas. Lutamos pelo programa mínimo: plebiscito no dia 7 de outubro; revogação da Lei de Segurança; reforma eleitoral, sem discriminação de candidaturas e votos para analfabetos e soldados; aumento de 100% no salário-mínimo e manutenção da hierarquia salarial, para os trabalhadores; aprovação da Lei de Greve conforme projeto originário da Câmara; imediato enquadramento e readaptação dos funcionários públicos independentes de estudo do DASP; reforma agrária radical que dê terras aos camponeses; rejeição do projeto de reforma bancária de autoria da Comissão Especial e todas as demais necessárias à emancipação econômica do País; congelamento imediato dos preços de primeira necessidade; aprovação do salário-família. Esta luta não é apenas da classe trabalhadora. É a de todo o povo brasileiro e dela participamos, no cumprimento de um dever patriótico. Daí conclamamos a lutarmos, unidos, trabalhadores, camponeses, estudantes, intelectuais, militares, servidores do Estado, donas-de-casa, enfim o povo em geral, em defesa de nossos direitos e pelos supremos interesses de nossa Pátria. O Comando Geral se dirige a todos os trabalhadores do Brasil, recomendando que a volta ao trabalho só se dará sob as ordens expressas e oficiais do Comando Geral dos Trabalhadores. Unidos, firmes, mobilizados, tornemos a nossa greve vitoriosa em defesa de nossa Pátria e de nosso povo. Rio, 14 de setembro de 1962. Pelo Comando Geral dos Trabalhadores; Dante Pelacani – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria; Humberto Menezes Pinheiro – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito; Alfredo Pereira Nunes – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos; Oswaldo Pacheco da Silva – Federação Nacional dos Estivadores; Felipe Ramos Rodrigues – Federação Nacional dos Portuários; Raimundo Castelo de Souza – Federação Nacional dos Marítimos; Severino Naino Schaipp – Federação Nacional dos Arrumadores; Raphael Martirelli – Federação Nacional dos Ferroviários; José Oliveira – União dos Portuários do Brasil; Othon Canedo Lopes – Sindicato Nacional dos Aeronautas; Paulo de Santana Machado – Sindicato Nacional dos Aeronautas; Newton Eduardo de Oliveira – Federação Nacional dos Gráficos; Hércules Corrêa dos Reis – Comando Permanente das Organizações Sindicais da Guanabara”¹⁸.

Estes manifestos têm como ponto central a luta por reformas institucionais, cujo objetivo seria a transformação do sistema político em uma nova estrutura aberta a uma participação popular mais “ampla e efetiva”, através da exten-

¹⁶ UH 15-08-62, p. 3.

¹⁷ UH (BH) 13-09-62, p. 2.

¹⁸ UH (RJ) 15-09-62, p. 8;
CM 15-09-62, p. 7;
JB 15-09-62, p. 5.

são do direito de voto aos analfabetos e soldados. Como também uma “democratização” das condições de produção e distribuição através da ampliação da cesta de consumo dos trabalhadores e de nacionalização da economia.

A Volta ao Presidencialismo e Acentuação do Conteúdo Político das Reivindicações

Com a realização do plebiscito em janeiro de 1963 e com a aprovação da volta ao presidencialismo, o CGT, devido a sua grande atuação na campanha política pelo “não” ao parlamentarismo, sente-se fortalecido para poder fazer com maior vigor suas exigências reformistas ao presidente João Goulart, cobrando seu compromisso pelas reformas de base e por um governo nacionalista. Em janeiro, logo após o resultado do plebiscito, o CGT lança um manifesto ao povo brasileiro e ao presidente da república, congratulando-se pela volta ao presidencialismo e lembrando as exigências dos trabalhadores de um governo democrático, que deveria contar com a participação mais efetiva da classe operária na direção da política nacional. O conteúdo desse manifesto é de grande importância pois demonstra a intenção dos trabalhadores de superarem segundo alguns dirigentes sindicais, os “estritos limites da luta salarial” e de influir efetivamente nas grandes decisões nacionais. Eis parte desse manifesto:

“É necessário levar à completa derrota os preconceitos em relação à participação direta da classe operária na solução dos graves problemas nacionais, desmascarando os democratas de fachada, que só têm louvores para a intensa atividade política das entidades sindicais de empregadores e vivem, ao mesmo tempo, a clamar pelo encurralamento da vida dos sindicatos de trabalhadores nos estritos limites da luta salarial. A participação consciente e organizada dos trabalhadores na vida política do país é irreversível, ninguém pode mais impedi-la ...”¹⁹.

Desde então o desenvolvimento da luta sindical sob a liderança do CGT em torno de questões nacionais se faz cada dia mais presente. Quando do anúncio do Plano Trienal, vinte e seis dirigentes do CGT, reunidos em São Paulo, elaboram um manifesto que analisa a crise política e econômica de acordo com o seguinte argumento: a alta do custo de vida e a desvalorização do salário pela inflação relaciona-se com a política de favorecimento ao capital internacional e aos grandes proprietários agrícolas. O documento propõe como solução a reforma agrária, o controle da remessa de lucro, a redução das subvenções aos latifundiários e a ampliação da política econômica nacionalista. É interessante notar que, neste documento, como em grande parte dos manifestos lançados pelo CGT, não se faz referência alguma à questão organizativa da classe trabalhadora, à necessidade de seu fortalecimento através de organizações autônomas capazes de garantir as conquistas da classe e de influir efetivamente para a realização das reformas propostas.

O que se percebe é que a ênfase na luta por questões políticas mais am-

plas, apesar de ter tido uma grande repercussão na vida nacional, não chega a contribuir efetivamente para a organização dos trabalhadores. O diagnóstico da necessidade de se proceder a reformas mais profundas na estrutura nacional não é acompanhado de uma política sindical de organização das bases capaz de sustentar a própria luta por estas reivindicações.

Eis parte do manifesto do CGT, lançado por ocasião do Plano Trienal:

“Brasília, 5 (UH) — O Presidente da República recebeu às 9,00 horas de hoje, em seu gabinete no Planalto, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), integrado por 26 líderes trabalhistas de todo o País, dirigentes que são de doze comandos estaduais.

O encontro teve por finalidade a entrega ao chefe da Nação do Manifesto do CGT examinando a conjuntura brasileira e fixando a posição dos operários.

.....
— Companheiros:

Ao lado de todas as forças patrióticas e progressistas, os trabalhadores vêm exigindo mudanças profundas na vida do País. Sob a bandeira das reformas de base e da luta por um governo nacionalista e democrático, realizamos as greves gerais de cinco de julho a quatorze de setembro do ano passado, que tiveram o apoio vigoroso de milhares de patriotas civis e militares contra as manobras reacionárias da maioria parlamentar. Sob esta bandeira fomos em massa às urnas, a seis de janeiro, e dissemos NÃO ao Ato Adicional, contribuindo vigorosamente para derrotar as forças retrógradas, na esperança de que as causas do atraso, da miséria e do analfabetismo, fossem enfrentadas, porque só assim será possível melhorar as condições de vida dos trabalhadores e do povo em geral. Isto significa a defesa dos supremos interesses da Nação. É isto que os trabalhadores reclamam agora do Poder Legislativo e do Poder Executivo, sem delongas.

Entretanto, o Ministério organizado pelo Presidente João Goulart não pode inspirar confiança aos trabalhadores e ao povo. Embora nele figurem personalidades dignas de respeito por sua atuação nacionalista e democrática, expressa ainda uma política de conciliação com as cúpulas partidárias ligadas a interesses antinacionais e antipopulares.

Com o resultado vitorioso do plebiscito, criaram-se condições mais favoráveis para novas conquistas no terreno do bem-estar do povo, do progresso e da emancipação do País. Mas, para que sejam efetuadas estas conquistas, para que se realizem as reformas profundas reclamadas pela Nação, é necessário novo Governo com uma nova política voltada para os interesses nacionais e populares.

Reafirmamos, por isso, a posição assumida no IV Encontro Sindical Nacional, realizado em São Paulo, em agosto do ano passado: somos pela realização imediata das reformas de base, pela constituição de um governo nacionalista e democrático, livre de homens compromete-

¹⁹ UH (BH) 12-01-63, p. 4.

tidos com os trustes, e os grupos reacionários ...”²⁰.

A presença mais efetiva do movimento sindical no cenário político do país, segundo análise do próprio CGT, estimula a articulação das forças conservadoras, que só seriam derrotadas com a efetivação das reformas de base. “A movimentação nas áreas golpistas representadas dentro do próprio governo, visando a enquadrar o presidente João Goulart numa política francamente direitista e de oposição às correntes nacionalistas e democráticas, é um dos fatores que nos levou a pensar na simplificação de nosso programa de lutas, tornando-o capaz de favorecer ao rápido e necessário agrupamento e fortalecimento das forças que se batem pelo atendimento das suas reivindicações específicas e pela realização, no plano geral, das reformas de base indispensáveis à emancipação econômica, política e social do país”. Portanto, relaciona-se conquista das reformas de base com derrota das forças conservadoras. Por esta análise as propostas reformistas se transformam na estratégia escolhida para a luta sindical. O programa do CGT apresentado no início de 1963 demonstra seus objetivos de atuação, diante destas questões:

- trabalhadores;
- 2) conquista de uma lei determinando que nenhum trabalhador aposentado perceba benefício inferior ao salário-mínimo regional;
- 3) conquista de aumento de 70% para os servidores civis e militares;
- 4) reforma agrária;
- 5) aplicação rigorosa da Lei que disciplina a remessa de lucros;
- 6) defesa intransigente das liberdades sindicais e democráticas – combate à ação dos gorilas civis e militares”²¹.

Como se pode perceber por esse programa, a luta sindical, em virtude da articulação dos grupos conservadores, havia adquirido um caráter de resistência anti-golpista que daí para frente estará presente em todas as suas manifestações. A luta nacional continua superando as reivindicações mais imediatas²², mas o recurso a propostas econômico-corporativas, apesar de não ser considerado fundamental pela liderança, ainda está presente, mesmo que de forma marginal.

A Revolta dos Sargentos e a Polarização das Forças

A revolta de 600 sargentos ocorrida em Brasília representa a penetração das reivindicações populares no seio das forças armadas. O movimento funciona aos olhos dos setores militares mais conservadores como ameaça à hierarquia mili-

²⁰ UH (BH) 06-02-63, p. 2.
CM 06-02-63, p. 6.

²¹ UH (RJ) 22-04-63, p. 7.

²² Em entrevista à autora realizada em agosto de 1979, o ex-presidente do CGT Dante Pelacani fez a seguinte afirmativa ao se referir ao conteúdo das reivindicações sindicais do período e à superação da luta imediata pela luta política: “. . . eu acho que a luta política superou a luta mais imediata. Talvez neste sentido é que algum dia devemos fazer uma autocrítica... A autocrítica deve ser feita neste sentido, se nós deveríamos dosar a luta política com as reivindicações imediatas e mais do alcance do nível político da classe operária.”

tar, o que contribui para acentuar o grau de polarização de forças na vida política nacional²³. A revolta é precedida por uma grande polêmica em torno da questão do direito de cabos e sargentos serem eleitos ou votarem para preenchimento das vagas de cargos públicos. Em julho de 1963, os sargentos lançam um manifesto contendo questões da seguinte ordem: custo de vida, direito de participação política dos soldados, anti-imperialismo e luta contra “as forças golpistas”. O conteúdo anti-golpista do manifesto evidencia claramente a articulação das forças reacionárias e a percepção desta articulação, pelo menos a nível do discurso, pelas forças populares.

Eis algumas passagens do manifesto:

“Existe um fato novo na história brasileira, que é a participação dos sub-oficiais, sub-tenentes e sargentos das forças armadas no movimento de libertação da nossa pátria e porque? Porque nós nos consideramos povo e somos oriundos das camadas mais sofridas da população e apesar de vestirmos farda, somos cidadãos sujeitos a sofrer e a refletir as conseqüências sociais como qualquer outro cidadão...”

“... é o povo brasileiro que vem a público dizer alto e bom som que somos todos iguais perante a fome. A elite reacionária que não abre mão de seus privilégios e que infelizmente está infiltrada em todos os setores da administração do país, como conseqüência da filiação com as forças imperialistas, representadas pelo FMI e seus agentes nativos, que nos foi imposta pelo atual governo, já se articula contra nós e alguns dessa elite têm a ousadia de nos apresentar ao público como perturbadores da ordem”.

“... advertimos as forças da reação e do golpismo para que não tentem reviver 1954 e 1961, porque se isto fizerem terão desta vez que nos encarar de frente como vanguarda e sentinela que somos do nosso povo. A este povo afirmamos: quando a ameaça de um golpe tentar concretizar-se no país, aí então iniciaremos a nossa marcha e o rufar dos nossos tambores confundir-se-á com o material das oficinas, e a canção da nossa luta será inspirada no chorar desesperado das crianças famintas do nordeste...”²⁴.

Ainda dentro do clima sempre crescente de polarização de forças, os Diários Associados desfraldam uma forte campanha de críticas a Leonel Brizola, tendo como objetivo principal difundir junto à população um clima contrário às campa-

²³ “A tensão e a desconfiança política entre as forças radicais e conservadoras aumentou depois que Leonel Brizola fez um apelo no dia 14 de setembro, através da estação de rádio Mayrink Veiga no Rio de Janeiro, em apoio aos sargentos. Brizola declarou que a FMP (Frente de Mobilização Popular), a UNE (União Nacional dos Estudantes); e o CGT (Comando Geral dos Trabalhadores) defenderiam o direito dos Praças Graduados a ocupar cargos públicos”. In: YOUNG, Jordan M. ob. cit. p. 177.

Foi exatamente pela posição assumida pelos sargentos ao lado das lutas populares, que ao ser dado o golpe os militares de mais alta patente assumiram a “Ordem do dia” e recolheram as armas que estavam nas mãos dos sargentos e cabos. Informação prestada por Rafael Martinelli.

²⁴ UH (BH) 13-05-63, p. 4;
CM 13-05-63, p. 3.

nhas populares pelas reformas de base e pelo anti-imperialismo. Em resposta a esta campanha, a Frente de Mobilização Popular, da qual faz parte o CGT, lança uma nota em todos os grandes jornais na qual além de firmar posição em torno das bandeiras das reformas de base para alteração "das estruturas arcaicas e anti-sociais do país, do anti-imperialismo e de se oporem à política creditícia do governo, manifestam sua total solidariedade ao parlamentar Leonel Brizola"²⁵.

A posição da FMP também reflete a linha reformista que as lutas populares passam a adotar como prioritárias. Estas propostas reformistas se traduzem na identificação pelos líderes populares da melhoria das condições de vida do trabalhador com a conquista de reformas de base²⁶, e também com a oposição sistemática ao capital internacional, através de uma aliança com a burguesia nacional²⁷.

O episódio do estado de sítio em outubro de 1963, também demonstra esta estratégia. Na oportunidade o CGT lança um manifesto em que fixa um programa de "lutas fundamentais do povo brasileiro":

- 1) Defesa das liberdades democráticas contra qualquer tentativa de implantação do Estado de Sítio; direito de voto aos soldados, marinheiros, cabos e analfabetos, pela elegibilidade de todos os eleitores, sem quaisquer discriminações;
- 2) apoio decidido à aprovação da emenda que garante o direito de serem eleitos os sargentos e os cabos das forças armadas. Anistia ampla e irrestrita, beneficiando soldados, marinheiros, cabos, sargentos e demais processados por crime político;
- 3) reforma agrária, com efetiva distribuição das terras dos latifundiários aos camponeses, através da ação imediata do poder executivo; apoio decidido à campanha dos camponeses na sua luta pela posse da terra, modificação na Constituição Federal no problema da distribuição da terra, pelos reflexos benéficos que trará a toda população do país com o aumento do poder aquisitivo dos trabalhadores rurais e o conseqüente incremento da produção industrial e das atividades comerciais, redundando, assim, na maior produtividade da nação;
- 4) regulamentação imediata da Lei da Remessa de Lucros das empresas estrangeiras e nacionalização das concessionárias de serviços públicos, moinhos, frigoríficos e indústria farmacêutica; intervenção no mercado de gêneros alimentícios;
- 5) ampliação do Monopólio Estatal do Petróleo com encampação

²⁵ UH (BH) 03-07-63, p. 2;
CM 03-07-63, p. 7.
JB 03-07-63, p. 8.

²⁶ "Sem as reformas de base não haveria condições para se melhorar a vida dos assalariados e dos trabalhadores do campo". Entrevista de Dante Pelacani à autora.

²⁷ Em entrevista à autora, o Sr. Dante Pelacani fez a seguinte afirmação: "no que diz respeito à aliança com outros setores da população surgiu a estratégia de aliança com a burguesia nacional algum tempo antes do golpe, porque o CGT notou que a burguesia nacional estava muito assustada com os movimentos sindicais, e nós queríamos demonstrar para ela que o objetivo principal ao combatermos o imperialismo era o seu próprio fortalecimento. Não se instalando no país as indústrias do imperialismo, a tendência normal seria a indústria nacional progredir".

das refinarias particulares e entrega a Petrobrás da distribuição de todos os seus produtos;

6) rigorosa seletividade do crédito em benefício do povo;

7) realização de uma reforma bancária progressista, tributária, urbana, monetária, universitária, eleitoral e administrativa"²⁸.

Neste documento do CGT as lutas nacionais dominam por completo as propostas da entidade. Esta se coloca cada vez mais como uma organização política que procura ter peso na definição dos rumos do país. Sua atitude contribui para o crescimento de "uma mobilização popular que, embora muitas vezes dependesse da iniciativa do Estado, tendia a superar os limites institucionais vigentes"²⁹, na medida em que se torna inaceitável pelos setores conservadores uma possível participação efetiva de trabalhadores nos órgãos de decisão do país.

A Ampliação da Luta Política do CGT em 1964

As principais reivindicações dos trabalhadores no ano de 1964 são assim definidas por Riani: "nós estávamos numa luta muito grande, com várias reivindicações, com muita garra, com muita combatividade e com a situação muito tensa. Então nós já estávamos praticamente exigindo do governo a questão da reforma agrária, pois nós achávamos que já tinha chegado a hora de resolver este problema. Foi justamente em março de 1964 que conseguimos com o presidente que fosse decretada a reforma agrária. E no dia 13 de março foi realizada uma grande concentração no Rio de Janeiro com todas as lideranças sindicais... Também nesta época reivindicávamos a encampação das refinarias particulares de petróleo: Manguinhos, Capuava, etc..."³⁰.

A declaração do ex-presidente do CGT demonstra claramente a orientação adotada pelo movimento sindical na conjuntura do pré-golpe. A presença ativa do CGT na vida política nacional, a ameaça constante de greve nacional em oposição a "qualquer avanço das forças anti-democráticas", o lançamento quase diário de manifestos e a permanente realização de comícios, tornam a situação cada vez mais alarmante para as forças conservadoras ligadas ao latifúndio e ao grande capital, que passam a desenvolver uma política de cooptação das classes médias através da difusão de um "terror psicológico anti-comunista"³¹.

A situação torna-se mais crítica segundo estes setores, devido à existência de governos estaduais como o de Pernambuco, cuja atuação é próxima do

²⁸ UH (BH) 03-10-63, p. 2.

²⁹ WEFORT, Francisco. O Populismo na Política Brasileira. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, p. 78.

³⁰ Entrevista de Clodsmidt Riani a *Em Tempo* nº 61.

³¹ "... esse terror consistia sobretudo em: 1) apresentar o comunismo como um regime de terror em que os burgueses e anticomunistas seriam todos fuzilados; 2) o Brasil seria dominado por uma república sindicalista em que operários brutos e analfabetos estariam mandando; 3) as igrejas seriam fechadas; 4) todas as terras seriam desapropriadas..." In: BASBA UN, Leôncio, História Sincera da República; 1961 - 1967, vol 4. São Paulo, Alfa Ômega, 1977, p. 113.

ideário defendido pelo movimento sindical. Diante deste quadro os militares propõem o afastamento do governador. Na defesa deste governo, em março de 1964, o movimento sindical através de suas principais inter-sindicais, lança notas de apoio a Miguel Arraes e ao povo pernambucano³². As notas contêm defesas claras das conquistas trabalhistas e mais que tudo caracterizam uma oposição das entidades sindicais ao golpe que claramente se articula.

Mas a posição totalmente política do CGT, inclusive por pressão dos fatos, se dá com a realização do comício do dia 13 de março no qual Jango assina o Decreto da SUPRA, que representa o primeiro passo decisivo para a reforma agrária e no qual é anunciada a adoção de uma série de medidas para a melhoria das condições de vida das classes populares.

Apesar das principais medidas anunciadas pelo governo não serem basicamente reformistas, mas sim propostas de atenuação imediata das condições de vida dos trabalhadores, o êxito do comício é grande. Os decretos de tabelamento dos aluguéis, dos "que criaram os sapatos populares, os tecidos populares e os que fixaram preços de remédios nos rótulos, como ainda aquele que disciplinou o uso de livros escolares, todas estas medidas tiveram maior repercussão favorável ao governo do que toda a polêmica no sentido das reformas de base e da substituição das velhas e arcaicas estruturas"³³.

Estes decretos, ao acenarem para a adoção de uma política econômica mais popular, oposta ao modelo econômico voltado para a produção mais sofisticada e destinada às camadas altas da população funcionam como estopim para a articulação geral do golpe³⁴. Ao mesmo tempo que induzem a um posicionamento do CGT, expresso nos manifestos da entidade, lançados na véspera e um dia após o golpe, tais manifestos que propõem uma resistência do movimento sindical ao avanço dos militares entretanto não têm a repercussão esperada. Já no dia seguinte ao golpe rompem-se as organizações sindicais que conduzem o movimento operário no período.

São dois os manifestos finais do CGT, ambos tendo como conteúdo a defesa da democracia e das conquistas populares e um alerta aos trabalhadores para resistirem ao golpe:

"O CGT e todas as forças populares responderão por todos os meios a qualquer tentativa de golpe, que vise enfraquecer a autoridade do presidente Goulart para atingir seu mandato. Aos golpistas civis e militares advertimos que a classe trabalhadora brasileira não permitirá nenhum entrave na caminhada que já iniciamos pela conquista das reformas sugeridas na mensagem presidencial e pela imediata constituição de um governo nacionalista e democrático. Nesta luta contamos com a maioria do povo brasileiro integrada de civis e militares

³² CM 04-03-64, p. 10.

³³ JUREMA, Abelardo. Sexta Feira 13; os últimos dias do governo João Goulart. Rio de Janeiro, Edição Cruzeiro, p. 55.

³⁴ No dia seguinte ao comício, a classe produtora lançou um documento com o seguinte conteúdo: oposição ao governo e às organizações sindicais que ameaçam a tradição de serena convivência democrática do país, anti-comunismo, oposição à utilização da greve "como aliciamento ostensivo à desordem, em reivindicações comandadas quase sempre por organismos espúrios" - UH 14-03-64, p. 4.

patriotas. Preparados e unidos os trabalhadores barrarão o golpe e exigirão as reformas de base..."³⁵.

"Fiel ao compromisso de defesa das classes que representa, e diante dos últimos acontecimentos políticos verificados no país em consequência das atitudes assumidas pelo Exmo. Sr. Presidente da República, Dr. João Goulart, em benefício do povo brasileiro, como sejam: decreto do SUPRA, tabelamento dos aluguéis, encampação das refinarias, combate aos especuladores e, principalmente, a mensagem presidencial ao Congresso para a votação imediata das reformas de base necessárias ao progresso do país, o CGT defendendo a autoridade e o mandato do presidente da república em face dos seus atos positivos, que possam atender às aspirações do nosso povo e de acordo com a resolução do CGT, alerta aos trabalhadores para permanecerem vigilantes e mobilizados em condições de atenderem a qualquer momento à palavra de ordem de seus respectivos sindicatos, caso seja necessária a deflagração da greve geral"³⁶.

Estes manifestos finais continuam reafirmando as propostas reformistas e as decisões de cúpula que marcam o movimento sindical do período. Neste sentido, podemos dizer que a insistência neste tipo de reivindicação e de prática traz como resultado o que Weffort afirma ser a "tragédia do movimento operário de 1945-1964". Esta se encontra, segundo o autor, menos no atraso da classe operária do que em sua subordinação, através das lideranças, às junções da política nacional³⁷. A prática sindical daquelas lideranças não gera condições para a real organização dos trabalhadores como "classe para si", enveredando por uma política muito mais voltada para a relação sindicato-Estado, através das propostas políticas mais gerais, do que voltada para relação sindicato-fábrica ou local de trabalho.

³⁵ UH (RJ) 31-03-64, p. 2.
CM 31-03-64, p. 7.

³⁶ UH (RJ) 31-04-64, p. 3.

³⁷ WEFFORT, Francisco. "Democracia e movimento operário". In: *Revista de Cultura e Política* nº 1, São Paulo, CEDEC, 1979, p. 17.